



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTOS SEM REVISÃO

COMISSÃO ESPECIAL - PEC 182/07 - REFORMA POLÍTICA			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0601/15	DATA: 19/05/2015	
LOCAL: Plenário 11 das Comissões	INÍCIO: 10h41min	TÉRMINO: 13h12min	PÁGINAS: 61

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

OBSERVAÇÕES

NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO, APENAS PARA CONSULTA.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 182, de 2007, do Senado Federal, e apensadas. Reforma Política, com a participação da Comissão Especial, destinada a efetuar estudo e apresentar proposta com relação às matérias infraconstitucionais.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Quero apresentar a minha solidariedade ao nosso Relator, que, diz a imprensa, foi abduzido, seduzido e, hoje, sofreu *bullying*. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Encontram-se à disposição dos Srs. Deputados cópias da ata da 24ª reunião.

Pergunto se há necessidade da leitura da ata.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Peço dispensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Dispensada a leitura da ata. Em votação. (Pausa.)

Aprovada.

Nós recebemos agora um último relatório.

Como a discussão ainda está aberta, pode aparecer mais alguma, mas, por enquanto, a última apresentada...

Como nós tínhamos combinado que nada seria feito na Comissão sem que todos tivessem o direito de analisar com cuidado, apresentando os seus destaques e também encaminhando esse debate, até porque haverá um acordo de procedimento aos seus partidos, eu conversei com o Relator, e a nossa decisão é a de reabrir os debates aqui, continuar os debates, e marcar a votação para segunda-feira, às 18 horas.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Segunda-feira, às 18 horas.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sem risco de o Presidente, como já anunciou, avocar a plenária, atropelando a Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Já está acertado com ele que nós temos a segunda-feira à noite e a terça-feira o dia inteiro para votar a matéria.



O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Eu não concordo. Eu acho que se passar para quinta-feira, eu concordo. Por que segunda-feira? Eu já vim na segunda-feira passada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Não, mas eu avisei cedo, avisei no domingo de que haveria sessão.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Eu não recebi aviso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Mas eu pedi para avisar.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Eu não recebi o aviso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Mas eu pedi para avisar.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Peguei o voo das 7 horas da manhã e só encontrei aqui o Deputado Marcelo Castro. Confere?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Ele avisou na segunda-feira pela manhã, talvez por causa do horário.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Só me avisaram segunda-feira de manhã, e eu já estava no avião. Então, eu quero votar na quinta-feira.

(Não identificado) - A proposta para quinta-feira pode ser aberta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Nós não vamos votar. Não há tempo para que se consiga organizar isso, para que a gente possa ter um relatório aqui e que depois seja votado no Plenário. O Presidente não avocará o Plenário sem a aprovação da Comissão. Isso já está ajustado.

Então, nós vamos votar na segunda-feira, às 18 horas.

Eu estou abrindo a discussão. Quem é o primeiro nome da lista?

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Presidente, mas não haverá sessão deliberativa na segunda-feira?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Não haverá.

Deputado Carlos Zarattini. Depois, o Deputado Esperidião Amin.

O Deputado Zarattini está aí?

Então, o Relator quer falar. Depois, o Deputado Zarattini.

Eu não vou reabrir a inscrição, não. Posso reabrir, também não tem problema.

A SRA. DEPUTADA MOEMA GRAMACHO - Questão de Ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - O Deputado Relator quer falar. Depois, o Deputado Zarattini vai falar.



A SRA. DEPUTADA MOEMA GRAMACHO - A Questão de Ordem não precede?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Presidente, a Questão de Ordem é sobre o cronograma. Não haverá deliberativa, então, na segunda-feira?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Não.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Porque senão nós ficamos pressionados pelas nominais, vira aquela bagunça e a gente não tem tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Segunda-feira só aqui.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Só ficaremos concentrados aqui para votar? Está o.k.

A SRA. DEPUTADA MOEMA GRAMACHO - Questão de Ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Só um minutinho. O Deputado Marcelo quer falar.

A SRA. DEPUTADA MOEMA GRAMACHO - Mas ele fez também, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Deputada, deixe o Relator falar, porque de repente o que ele falar pode suprir a sua dúvida.

A SRA. DEPUTADA MOEMA GRAMACHO - Mas então V.Exa. tenha o comportamento igual com todo mundo, porque eu pedi junto com ele...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Sempre tive.

A SRA. DEPUTADA MOEMA GRAMACHO - V.Exa. cedeu para ele e não cedeu para mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Eu não cedi, ele começou a falar de forma desrespeitosa e indisciplinada, mas já passou. *(Risos.)*

A SRA. DEPUTADA MOEMA GRAMACHO - Tudo bem. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Bom, eu quero cumprimentar a todos os presentes, aos nossos colegas membros da Comissão de Reforma Política, ao nosso Presidente, Rodrigo Maia, e dar aqui pequenas explicações. Eu me comprometi com V.Exas., desde o primeiro dia em que nós iniciamos os trabalhos da nossa Comissão de Reforma Política. Apresentei uma cartilha que dizia: *“Aqui está o meu pensamento, mas eu não serei o Relator de mim próprio. Relatarei aquilo que for a expressão da maioria da Comissão”*. E, na minha lógica, eu venho cumprindo fielmente esse compromisso que assumi desde o primeiro dia. Tudo que está no



meu relatório, a meu juízo, é exatamente a expressão da maioria do pensamento desta Comissão.

V.Exas. têm acompanhado os problemas em relação à condução do PMDB. O PMDB defende um ponto de vista. Eu defendo outro. Isso soa estranho para todos, para a sociedade. Na verdade, deveria estar aqui uma pessoa que refletisse o pensamento do partido. Isso me foi dito um tempo depois de eu ter expressado o meu pensamento, de eu ter feito o meu compromisso com V.Exas.. Mas já era tarde. Não me restava alternativa senão a de continuar com o mesmo compromisso que eu fiz desde o primeiro dia.

Apresentei o relatório. O relatório trazia os seguintes pontos: fim da reeleição, mandato de 5 anos para todos os eleitos, coincidência das eleições em 2018. Alguns companheiros — o Presidente Rodrigo Maia ajudou muito nessa questão — ponderaram que o relatório da Comissão de Reforma Política poderia ter dificuldade de tramitação no Senado e que eu deveria refluir em relação a essa posição, e não propor 5 anos para os Senadores, porque isso inviabilizaria a reforma tão importante para o nosso País. Eu cedi. Cheguei aqui e comuniquei a V.Exas.. Devia ser lá por volta do meio-dia da quinta-feira. No outro dia, sexta-feira, por volta das 10 horas, eu já havia refluído e voltado para os 5 anos, conforme eu havia me comprometido com a Comissão. Por quê? Porque desabou o mundo sobre mim. Pareceu-me que não havia um único brasileiro, dos 203 milhões que somos hoje, que aceitasse o mandato de 10 anos para Senador. *(Riso.) (Manifestação no plenário.)*

As pessoas que têm sensibilidade, que pensam, veem que uma situação dessa não pode continuar. Então, eu aguentei pancada por umas 20 horas. Mas reflui e acho que reflui bem, porque percebi que toda Comissão e todo o trabalho que nós tínhamos feito aqui tinha ficado num plano secundário. Em todas as manchetes de todos os jornais, como *O Globo*, *Folha de S.Paulo*, noticiavam: *“Relator propõe mandato de 10 anos para Senador”*. Quer dizer, a reforma política se restringiu a 10 anos de mandato de Senador.

Comuniquei, por meio do WhatsApp, que o mandato seria de 5 anos e que isso era definitivo. Então, mudei uma vez e me arrependi. Não vamos mudar mais, sobretudo em matéria que seja importante, que não tenha o apoio da sociedade.



Hoje, era para começar às 10 horas. Agora são 10h30min. Da outra vez, disseram que eu havia sido sequestrado, abduzido. Desta vez, agora, se disserem algo, pelo menos não vai ser só o Relator. Será o Presidente também. (*Riso.*)

Ontem, nós tínhamos marcado uma reunião com o Presidente da Casa, Eduardo Cunha. Ao invés de haver essa reunião, nós recebemos aquelas declarações que ele deu aos jornais. Eu não vou entrar no detalhe, mas acho que respondi à altura. Eu mandei que a minha assessoria passasse a todos os membros da Comissão a minha resposta ao Presidente Eduardo Cunha. Respondi que a sua posição não era construtiva e que ele tinha sido desrespeitoso não só comigo, mas com todos os membros da Comissão.

Mas não quero fazer disso um cavalo-de-batalha, nem quero fazer disso um ponto de divergência. Passamos a manhã toda hoje conversando, eu, o Deputado Rodrigo Maia, o Líder Leonardo Picciani, o Líder Mendonça Filho e o Presidente Eduardo Cunha. Chegamos ao entendimento de que as Lideranças deveriam entrar na discussão, no debate, para tentar formar um consenso maior, além do consenso que já temos aqui da Comissão de Reforma Política. E, a partir de segunda-feira, votaríamos um relatório com viabilidade de ser aprovado e, mais do que isso, com possibilidade de melhorar o nosso sistema eleitoral! É para isso que nós estamos aqui! Eu ouço muito as pessoas dizendo: “*Não, nós temos que aprovar alguma coisa*”. Aprovar alguma coisa, não, senhor! Nós temos que aprovar algo que seja importante para o País e que melhore o sistema que nós temos. Se for para piorar, deixe como está.

Então, estou fazendo esses esclarecimentos. O Deputado Esperidião Amin disse que eu sofri *bullying*. Mas eu, graças a Deus, tenho uma personalidade que julgo bastante amadurecida, bastante forte. Não me sinto pressionado por ninguém. O que aconteceu entre mim e o Presidente Eduardo Cunha é bala trocada. Ele veio de lá, eu fui de cá. Para mim, é assunto encerrado. Nós vamos procurar uma maneira de evoluir e construir da melhor maneira possível, da maneira mais transparente e democrática possível, uma proposta de reforma política que verdadeiramente possa melhorar o nosso sistema eleitoral, para o bem do nosso País.

Eram esses os esclarecimentos que eu gostaria de dar a V.Exas. Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Carlos Zarattini, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, acho que nós estamos aqui vivendo esses momentos decisivos da Comissão Especial, e evidentemente isso implica todo tipo de movimento por parte daqueles que querem ter a aprovação das suas propostas. E o Presidente Eduardo Cunha está se movimentando exatamente para aprovar a sua proposta do distritão.

Eu quero dizer que nós do PT defendemos e temos convicção de que é necessário um sistema eleitoral que reforce a atuação dos partidos. Nós acreditamos na atuação coletiva na política. Nós acreditamos que só coletivamente se constroem projetos. Não se constroem projetos a partir da individualidade. Por conta disso, defendemos sempre a questão do voto nas listas partidárias. Acreditamos que o voto na lista partidária é o voto num projeto, numa ideia, num conjunto de ideias.

Da mesma forma, consideramos que é necessário que essa lista seja sempre feita de forma democrática nos partidos, que haja uma democratização das decisões nos partidos. E, por conta disso, temos defendido essa ideia.

Consideramos que não ampliamos esse debate o suficiente. Também consideramos que a proposta vinda do relatório, a proposta do chamado distritão, a do voto individual, vai de encontro a uma tradição da política brasileira, que é o voto proporcional, o voto que sempre garantiu a representação de setores minoritários, de ideias minoritárias, de partidos minoritários. Acreditamos que essa proporcionalidade tem que ser mantida. E a proposta do distritão acaba com essa ideia.

Como eu disse, é uma proposta de cunho individualista, em que cada candidato, independentemente do seu partido, vai fazer a sua campanha individualmente e, para isso — não tenhamos dúvida —, vai buscar arrecadar o máximo e gastar o máximo para ter uma votação que o coloque nas primeiras posições.

Por isso, temos essa preocupação. Ao invés de termos uma redução nos gastos de campanha, poderemos ter um aumento nos gastos de campanha. Poderemos ter uma exacerbação das despesas de campanha e, muito



provavelmente, a possibilidade de haver caixa dois nas campanhas eleitorais talvez ainda maior do que se imagina que tem.

E por fim, consideramos que essa proposta reduz a renovação política, impede a renovação política. Porque, não tenhamos dúvida, todos nós desta Casa vamos trabalhar em cada partido, nos nossos respectivos partidos, para que nós tenhamos uma diminuição do número de candidatos, para que haja um número mínimo de candidatos. E esse número mínimo, logicamente, serão aqueles que já têm o seu mandato. Portanto, nós vamos criar um impeditivo para a renovação política.

Tudo isso é exatamente contrário ao espírito das manifestações que pediram e pedem a reforma política em nosso País. Quando se fala em reforma política, não é no sentido de reduzir a participação popular, de reduzir a participação na política. E eu digo que, quanto menos perspectiva as pessoas virem de ter a possibilidade de serem eleitas, de estarem representando ideias no Parlamento, menor será a participação na vida política. E isso é ruim para o País, ruim para a democracia.

Portanto, eu acredito que nós aqui devemos rejeitar essa proposta que está contida no relatório.

Quero dizer que nós defendemos e vamos defender, a partir de agora, a proposta que é intermediária, de que nós aceitamos uma composição com o voto distrital misto, porque ele garante a representação dos distritos, num voto majoritário local, mas, ao mesmo tempo, ele mantém a representação proporcional, garantindo a possibilidade de que as ideias minoritárias estejam representadas no Parlamento, na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas e também nas Câmaras de Vereadores.

Por fim, quero manifestar aqui, Sr. Presidente, que nós não concordamos e não aceitamos que se mantenha o financiamento privado das campanhas, mas ainda que se mantenha o financiamento das empresas — proposta que, aqui neste relatório, legaliza uma situação que está em discussão no Supremo Tribunal Federal, que já tem a maioria dos juízes contrários e que o Ministro Gilmar Mendes teima em permanecer em suas mãos. Nós rejeitamos o financiamento das empresas, porque essa vinculação entre o financiamento das empresas e atividade



política é a porta de entrada da corrupção no sistema político. É isso que tem causado essa ligação e essa sucessão de escândalos na vida política nacional.

Portanto, nós defendemos que haja sim, financiamento público de campanha, que haja financiamento através das pessoas físicas. Mas, com limites, porque nós também não concordamos que aqueles muito ricos coloquem muito mais dinheiro na campanha do que aqueles que têm menos. Portanto, reivindicamos que seja aprovado aqui e apoiamos a proposta de que haja limite de doação.

Então, Sr. Presidente, nós acreditamos que é necessária uma reforma política de caráter democrático, de caráter de ampliação da participação popular e não de restrição, como está propondo aqui o relatório do nosso Relator Marcelo Castro. Apesar de nós sabermos da sua discordância em relação a certas ideias, sabermos de seu posicionamento, Marcelo, desculpe-me, mas esse relatório infelizmente tem a sua lavra e, portanto, nós discordamos dele. E não é que discordamos das suas ideias, que nós as conhecemos e sabemos muito bem que V.Exa. defende a democracia, a ampliação da participação da população na vida política nacional. E não só votando, porque nós não queremos que o povo seja meramente eleitor. Nós queremos que ele participe, que tenha a possibilidade de se candidatar e de disputar uma eleição, porque nós sabemos que aqueles que têm vontade de participar da vida política querem também serem candidatos, querem também representar suas ideias nas Câmara de Vereadores, nas Assembleias e, aqui em Brasília, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Portanto, nós discordamos dessa proposta, vamos votar contrariamente ao distrito e vamos votar contrariamente também ao financiamento das empresas privadas nas eleições.

Sr. Presidente, V.Exa. foi muito gentil em não marcar meu tempo, mas vou encerrar por aqui e agradecer a sua tolerância. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Deputado Danilo Forte, por 5 minutos, mas, se ele tiver interesse, o tempo da Liderança do PMDB, para o qual o Líder na semana passada encaminhou o ofício.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Só um minuto, Deputado Danilo.

Deputada V.Exa. quer fazer uma questão de ordem?

A SRA. DEPUTADA MOEMA GRAMACHO - Eu queria, desde o início eu a pedi. Posso fazê-la? Sr. Presidente, estou sentindo que já está começando a discussão, e a minha questão de ordem vai na seguinte direção. Foram abertas listas de inscrições na reunião passada para o primeiro relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Isso.

Imediatamente, foi apresentado um segundo relatório. Aí, acabou que as pessoas que estavam inscritas para o primeiro relatório usaram o tempo para falar do segundo relatório. Nós temos agora um terceiro relatório. Eu gostaria de saber se as inscrições... Quarto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - O terceiro voltou ao primeiro.

A SRA. DEPUTADA MOEMA GRAMACHO - Ah, tá. Se passar uma hora, daqui a pouco vamos ter mais um.

Então, se as inscrições serão abertas para quem quer discutir esse novo relatório, para o qual eu gostaria de me inscrever. Até porque eu usei da fala para o primeiro relatório na reunião que antecedeu. Mas não é isso, não. Esta é a primeira questão: abrir a inscrição para discussão desse relatório que está aqui apresentado, que muda muita coisa do primeiro e do segundo.

A outra questão é a seguinte. Eu gostaria de ouvir de V.Exa. se os destaques que já foram apresentados até então serão absorvidos. Mas como ficará a numeração? Porque a numeração foi modificada. Nós não podemos ter um prejuízo na numeração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Deputada, quando abri a sessão, eu disse que nós votaríamos na segunda para que o direito de cada um dos Parlamentares não seja prejudicado, inclusive, a questão dos destaques. Esta é uma questão regimental, e qualquer um pode tirar dúvidas com nossa Secretaria. Ninguém será prejudicado, a votação...

Eu não vou encerrar a discussão hoje. Podemos encerrá-la por acordo.

A SRA. DEPUTADA MOEMA GRAMACHO - E qual o prazo para encerramento da apresentação dos destaques?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Destaques é na hora da votação, ao encerrar a discussão, no início da votação.

A SRA. DEPUTADA MOEMA GRAMACHO - Mas, então, esses que foram apresentados terão de ser reapresentados, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Dependendo do texto, dependendo do que foi destacado. Claro, se não mudou nada, continua valendo. Se mudou, pode ter perdido o objeto. Eu acho que cada um vai ter tempo. Nós temos quase uma semana para mudar destaque. E eu não vou encerrar a apresentação de destaque hoje. Nós temos até segunda, quando a sessão for aberta. Então, todos têm tempo para reapresentar ou para reafirmar até a abertura da sessão.

A SRA. DEPUTADA MOEMA GRAMACHO - Portanto, finalizando Presidente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - A discussão nós encerramos hoje, senão... Por isso que estou flexibilizando a questão do debate e já estou fazendo novas inscrições.

Inclusive, Deputada, a senhora mesma está inscrita depois do Deputado Chico Alencar.

A SRA. DEPUTADA MOEMA GRAMACHO - Ok, então, fico muito grata.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, eu queria lhe agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Segunda-feira. Deputado Danilo Forte, com tempo de Liderança e o tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Muito obrigado, Sr. Presidente e demais companheiros e companheiras desta Comissão tão importante e que tem uma atenção especial do Brasil inteiro hoje.

Eu tenho a convicção clara de que Deputado Marcelo Castro procurou fazer dentro da amplitude possível, numa perspectiva de angariar e buscar o máximo de informação para o melhor relatório. Talvez não seja a perfeição exigida por todos nós, porque é impossível fazer um relatório de uma reforma política num ambiente difícil como estamos vivendo na política brasileira; com essa diversidade tanto organizativa, através dos partidos como também das Lideranças políticas, nos eixos



mais diversificados do pensamento, fazer um relatório único, um relatório capaz de agradar a todos.

Mas a convicção clara da necessidade da conjuntura que possibilita e que nos cobra uma mudança com relação à forma por um modelo saturado — como todos nós compreendemos que está hoje e que, muitas vezes, é até usado indevidamente como justificativa para todas as atrapalhadas, desvios e desmandos que têm acontecido, inclusive, com relação aos recursos públicos do nosso País —, faz-se necessário que nós tenhamos a compreensão da altivez...

Eu acho que estou atrapalhando um bocado de gente que está conversando ali, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - *(O Presidente faz soar a campanha.)*

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Da altivez que é necessária para que façamos esse relatório, porque esta Comissão tem como obrigação, como também o Plenário desta Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional, de oferecer ao Brasil essa mudança agora.

Nós não podemos sair dessa 55ª Legislatura sem dar ao Brasil essa reforma política, seria um ato de irresponsabilidade, de descompromisso, totalmente divorciado do que pensa a sociedade brasileira hoje. A sociedade tem essa esperança, e eu tenho feito esse debate.

Ontem, eu estava em Vitória, Espírito Santo, em um debate com uma pauta sobre a revisão do pacto federativo. Diversos oradores que ali se pronunciaram colocaram, como anterior à revisão do pacto, a necessidade dessa reforma política para dar uma maior representatividade aos representantes do povo, para aproximar o eleito do eleitor e buscar, com isso, uma maior transparência e uma diminuição de custo com relação às campanhas eleitorais.

Eu acho que o Deputado Marcelo Castro teve sempre essa premissa, conseguiu elaborar um relatório que, mesmo talvez a contragosto da sua posição pessoal, foi aquele que ele abrigou, exatamente no sentido de dar um conteúdo do sentimento da maioria tanto dos representantes da Comissão como do seu partido, o PMDB, para que a gente pudesse viabilizá-lo.



Todos aqui sabem que eu tenho convicção clara daquilo que é destoante com relação ao posicionamento do Deputado Marcelo Castro sobre o distritão. Eu acho que o distritão hoje é o sistema que mais aproxima o eleitor do eleito, é o que dá a maior representatividade, que tem a mais fácil compreensão para diminuir as distorções e a possibilidade dos caronas, dos acordos espúrios na manutenção de candidaturas, inclusive de celebridades alheias ao mundo político, em função da formação única e exclusivamente do coeficiente eleitoral, que distorce muitas vezes a representatividade da Casa parlamentar. Eu acho que a gente tem condições de fazer essa votação.

Eu só tenho uma preocupação, Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Maia, de que, na segunda à noite, talvez o tempo seja muito exíguo, muito curto para essa votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Será até terça o dia inteiro.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Segunda e terça? E vai ao plenário na quarta-feira?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Na terça à noite.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Na terça à noite. Se a gente começasse na segunda-feira à tarde, talvez houvesse uma condição melhor de viabilizar essa votação, porque são muitos temas e, com certeza, haverá muitos destaques. Na segunda-feira à tarde, já há condições de todos estarem aqui para iniciar essa votação com tempo hábil para que, até terça-feira, no começo final da tarde ou começo da noite, a gente tenha concluído essa votação, até porque há temas que não têm a convergência e o consenso de todos, mas eu acredito que a gente precise avançar com relação a essa questão.

Outra coisa que me preocupa, Deputado Marcelo Castro, é que eu não vi, no último relatório apresentado, aqueles pontos que nós tínhamos levantado, inclusive que estavam na sua cartilha inicial, com relação à redução do prazo de campanha e ao barateamento da campanha.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - É porque estão no projeto de lei que nós estamos finalizando também.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - E vai ser apresentado quando?

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Proximamente.



O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Mas temos que votar conjuntamente, não?

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Primeiro vota-se a PEC, depois vota-se o projeto de lei, porque um está subordinado ao outro.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - É porque, para poder ter vigência no ano que vem, com relação às leis que dizem respeito...

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Os dois serão apresentados praticamente em conjunto.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Então, há condições de, na segunda-feira, estar com isso já pronto para votação.

Com isso, a gente complementa todas as ações que a gente precisa apresentar, dentro dessa perspectiva de reforma política, para dar um maior dinamismo às nossas ações e a gente conseguir votar. Eu acho que o fundamental é que nós tenhamos a compreensão de que o momento político de saturação do modelo atual chegou a tal ponto que ninguém, nem nós políticos nem os eleitores, tem mais condições de ter o compromisso e a cumplicidade com o processo político.

É necessário e urgente que nós tenhamos a compreensão de que temos de votar. Temos também que fazer um esforço tipo aqueles esforços que fazemos no final do ano para votar o Orçamento da União ou quando há uma medida como o Código Florestal e tantas que votamos nesta Casa, como o marco regulatório dos portos, em que tivemos inclusive o compromisso de entregar à Nação devido à sua importância e urgência. Não se trata de uma matéria econômica, mas de uma matéria eminentemente política, mas que é necessária até para o fortalecimento e reconhecimento do Congresso Nacional.

Podem ter certeza de que nós sairemos mais fortalecidos e mais reconhecidos a partir do momento em que pudermos oportunizar, retribuir ao eleitor, ao conjunto da sociedade brasileira uma reforma política capaz de fazer essa aproximação, que, como eu já disse, não será de jeito nenhum aquela perfeição, e, como o Dr. Ulysses dizia, que a grande quimera dos homens é a perfeição, que eles não as têm, quando entregou a Constituinte de 1988.

Nós não vamos ter, com certeza, uma lei, uma reforma política, que seja uma perfeição e que consiga agradar a todos. É impossível neste momento! Mas será,



com certeza, aquilo que poderemos de imediato oportunizar para que possamos melhorar tanto o processo eleitoral como também o processo eletivo, das eleições, garantindo, sim, essa continuidade, dentro de uma corresponsabilização da sociedade com o Congresso Nacional.

E o PMDB tem tido essa preocupação. Eu acho que o debate aberto exatamente pelo ex-Presidente Michel Temer, que esteve aqui nesta Comissão conosco, defendendo inclusive a possibilidade de um diálogo maior na construção exatamente desse relatório, foi no sentido de que pudéssemos, inclusive, participar de um diálogo mais aberto, mais fraterno, mais coerente, exatamente com aquilo que acreditamos que possa ser viabilizado, votado e compreendido.

Então, eu acho que esta Comissão tem que ter esse compromisso. Não podemos criar nenhum artifício do ponto de vista regimental no processo legislativo para impedir essa votação. Todos nós, todos os partidos, todos os representantes desta Comissão devem ter essa compreensão muito clara de que o objeto do instituto das obstruções ou da prorrogação interminável dos questionamentos, do ponto de vista regimentais, pode inviabilizar essa votação. Inviabilizando essa votação, com certeza, o grande derrotado não seremos nós, mas, exatamente, o Congresso Nacional que perderá uma oportunidade de ter uma sintonia, uma proximidade, uma relação inclusive mais fraterna, cordial e solidária com a sociedade brasileira que não aguenta mais ver a política tão diminuída a um papel secundário no processo de organização nosso.

Quando negamos a votar aquilo que a sociedade quer, nós damos margem, inclusive para bandeiras retrógradas, como a volta de regimes autoritários que vemos, de vez em quando, em algumas manifestações perdidamente, mas que poderão ecoar, quando o Congresso Nacional se acovarda em não debater os temas que a sociedade exige, de forma clara, transparente, mesmo que cada um tenha a sua perspectiva, o seu projeto pessoal ou a sua forma de pensamento ou ideologia.

Mas esta é uma Casa de debates, que se podem formar maiorias, que tem o instrumento do voto no poder da decisão, e nós, que pregamos a democracia, temos que ter a responsabilidade e o compromisso de aceitar o contraditório, inclusive de aceitar até que pontos de vista pessoais sejam superados por outros. Mesmo assim,



dentro do compromisso do princípio democrático de termos a construção de maiorias que possam dar esse conteúdo, que possam corresponder a essa expectativa, precisamos assumir o compromisso de que possa ser votado esse projeto.

Eu acho que não tem nada mais importante neste ano para o Congresso Nacional do que a votação da reforma política, que será o grande marco da 55ª Legislatura, porque será o diferencial em um projeto que já vem sendo discutido nesta Casa há 20 anos. Só o Marcelo há 12 anos participa aqui de Comissões de reforma política, o que contribuiu muito para que ele tivesse um posicionamento claro sobre os mais diversos pontos de vista.

Aqui, quero deixar entendido que nós, do PMDB, não queremos criar obstáculos nem obstrução ao processo de votação. Queremos sair daqui exatamente fortalecidos com o Congresso reconhecido e fazendo com que a população brasileira possa confiar no seu Congresso Nacional, porque estamos dispostos aqui a votar aquilo que nos é cobrado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Parabéns ao Deputado Marcelo Castro, que conseguiu fazer o melhor relatório possível!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Daniel Almeida.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Sr. Presidente, um dos compromissos que firmamos, a partir da composição desta Comissão, foi de tratarmos das matérias constitucionais e infraconstitucionais. O Relator já deu aqui uma explicação, e teremos a oportunidade de tratar desse tema ainda no período de funcionamento da Comissão. Eu espero que sim. Mas as matérias infraconstitucionais têm uma complexidade semelhante à das matérias constitucionais. E, se nós não temos ainda o relatório e, para as mudanças à Constituição, já estamos no quarto, em que tempo nós vamos ter acesso ao conteúdo da proposição infraconstitucional e deliberar sobre ela?

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Deputado Daniel Almeida, só um instantinho, se V.Exa. me permite. Eu quero fazer esse esclarecimento, porque V.Exa. não é o primeiro que diz isso. Na verdade, o nosso relatório é o primeiro e o



único, só com uma modificação — eram 2 anos para Prefeito e passou para 6 anos. E nós tínhamos proposto uma alteração de 5 anos para 10 anos de Senador e voltamos para o relatório original. Então, o nosso relatório não é a quarta versão, não. É a versão original, revoltada depois dessa incursão por mandato de 10 anos de Senador, o que não deu certo.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Mandato de Senador, forma de suplência de Senador. Eu vou pedir, Sr. Presidente, que preserve o meu tempo, porque nós temos que privilegiar aqui a presença das mulheres aqui.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, depois de ter sido abduzido, seduzido, maltratado e sofrido *bullying*, a presença de vocês é um conforto para o nosso Relator, que foi abduzido, maltratado e ter sofrido *bullying*.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - E agora é amado — viu, Deputado Esperidião Amin —, muito amado.

(Manifestação nas galerias: Paridade já!)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Agradeço. Vamos abrir aqui uma exceção, Deputado Daniel Almeida, para a Deputada Moema Gramacho a fim de que ela possa antecipar a sua fala.

A SRA. DEPUTADA MOEMA GRAMACHO - Sr. Relator, Sr. Presidente, Srs. e Sras. presentes, Deputadas e Senadores aqui presentes, este é um momento extremamente importante, um momento ímpar na história do País. Nós estamos tendo a oportunidade de fazer a reforma política, uma reforma política construída com as nossas mãos, mas à luz da reivindicação do povo brasileiro e das mulheres brasileiras. Nós não podemos deixar escapar esta oportunidade.

V.Exa., Relator, teve um comportamento muito importante para todos nós nesta Comissão. V.Exa. foi extremamente democrático, democrático exageradamente, a ponto inclusive de fazer algumas proposições apenas para ser democrático, porque, quando viu que não agradou alguns, voltou atrás. Portanto, V.Exa. tem sido um *gentleman* nessa questão. Deu oportunidade para que nós pudéssemos fazer várias audiências públicas, uma delas trazendo aqui as mulheres para discutir sobre a questão de gênero.

Fizemos várias audiências públicas. As entidades, a exemplo do movimento de coalizão da CNBB e da OAB, têm tratado dessa questão, da reforma política,



incluindo a discussão de gênero e a proposta da paridade de gênero. Nós temos visto aqui pronunciamentos importantes nas audiências públicas defendendo a questão de gênero. Um país, como Portugal, agora conseguiu eleger 29% de mulheres, e, portanto, o Brasil não pode ficar atrás desse processo de discussão da paridade de gênero. E olhem que nós estamos sendo bastante. A *TV Câmara* tirou do ar? Justamente no momento das mulheres? Eu gostaria que alguém pudesse gravar tudo o que nós estamos fazendo aqui, para depois oferecer à *TV Câmara*, porque nós achamos muito importante este momento histórico para as mulheres brasileiras. Já está no ar?

E eu queria dizer que nós estamos aqui para defender paridade de gênero, mas há um consenso entre Senadoras e Deputadas de que nós podemos começar com 30% de mulheres, para que nós possamos a cada mandato acrescentar 5% e, daqui a 20 anos, termos 50% de mulheres. (*Palmas.*) Olhem como as mulheres estão sendo generosas! Nós somos mais de 52% da população e estamos reivindicando 30% de cota para as mulheres. Somos menos de 10% nos Legislativos. E aqui, nesta Casa de 513 Deputados, somos apenas 50 mulheres.

Portanto, o que nós estamos reivindicando é o direito à garantia da participação feminina. Nós queremos, neste momento, abrir para que as nossas Senadoras também possam usar da palavra. E eu quero pedir depois, Deputado, que eu possa continuar com a discussão, porque nós não queremos discutir só a paridade. Nós queremos também discutir o sistema.

As mulheres não concordam com o distritão. (*Palmas.*) O distritão significa que mulheres, indígenas, negros, pobres e jovens serão espécie em extinção nos Parlamentos. E nós não concordamos com o distritão. Mas, neste momento, nós queremos deixar focado aqui os 30% de mulheres já! E queremos sensibilizar os companheiros homens. Nós não estamos aqui disputando com vocês. Nós estamos disputando a história. Historicamente, as mulheres foram excluídas do processo. Esta é uma política afirmativa garantindo a nós que a vida inteira trabalhamos, enquanto muitos homens foram eleitos, porque as suas mulheres tomavam conta da sua casa e dos seus filhos, para que eles tivessem espaço na política, e esse momento passou.



As mulheres hoje são parte da política e, portanto, precisam estar na política. É uma política afirmativa: 30% já de vagas! Não queremos ser enfeite. Não queremos ser cota para candidaturas. Nós queremos 30% de vagas e ainda está pouco para o que nós representamos na sociedade. Portanto, agora nós queremos ouvir as nossas Senadoras Marta Suplicy, Vanessa Grazziotin e as Deputadas continuarão aqui durante todo o dia também podendo utilizar da palavra. Nenhum milímetro a menos: 30% de mulheres já!

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Vê-se que é um perigo, Chico Alencar, ela pegou a palavra, falou e já passou a palavra para as outras. Estamos ferrados.

A SRA. DEPUTADA DÂMINA PEREIRA - Só um pouquinho antes de a Senadora falar, eu quero também dizer que nós formamos esta Pátria. Pensem nisso. Nós as mulheres formamos esta pátria.

(Não identificado) - Sem mulher não tem sociedade.

A SRA. SENADORA MARTA SUPLICY - Bom dia, gente. Calma, Esperidião Amin. Obrigada, Sr. Presidente, por dar a palavra também às Senadoras.

Eu acho que nós estamos vivendo um momento muito diferente, porque nós estamos agora com a reforma política. E essa reforma política é emblemática e pode ou não mudar a situação de todos nós. Mas esta legislatura tem algo que pode ser marcante. É inexorável que as mulheres terão um papel maior na política, porque essa luta não vai parar conosco, vai continuar, assim como nós, antes éramos pouquíssimas, fomos aumentando as bancadas. Se não fizermos essa introdução que estamos pleiteando — nós fizemos o cálculo —, vai ser somente, na Câmara, em 2114, que nós vamos ter 30% e, no Senado, em 2118, se for do jeito que está indo. Como vocês estão vendo, chegará lá, mas poucos verão isso. Eu não quis fazer rapidamente o cálculo, mas eu já tenho certeza de que eu não vou estar. Mas, de qualquer jeito, é inexorável. O que eu falo é que nós hoje fazemos parte de uma legislatura que pode marcar a história. Esta legislatura pode deixar uma marca. E isso o que eu peço a cada um de vocês: deixar uma marca na história, que, quando fizermos essa reforma política, nós não colocaremos as mulheres no lixo, porque será feito isso se nós não estivermos nessa cota. Porque mesmo com a legenda, que nós fizemos aqui nos anos 1990, passaram-se 20 anos e continuamos 10%, porque



foi totalmente deturpado. — aí todo mundo sabe melhor do que eu, não preciso contar os detalhes — e não adiantou.

Então, nós estamos aqui humildemente dizendo: não adiantou. Pusemos uma proposta, que foi aguada, deu errada, mas nós temos a necessidade de olhar o mundo moderno. Nós não estamos mais no século XX, nós estamos no século XXI. Nós não podemos ficar atrás dos países mais atrasados do mundo em outros setores, como nós estamos hoje. Nós temos um número ridículo, comparado aos outros países.

Então, era isso o que eu gostaria que cada um pensasse, e usasse o bom senso, um pouco de generosidade, que eu acho que aí vai ter de ter também, e que conseguíssemos aprovar essa mudança que é histórica para nós mulheres.

Obrigado.

(Não identificada) - Bom, Senadora, muito bom

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Senadora Vanessa.

A SRA. SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN - Gente, eu quero, em primeiro lugar, aqui, cumprimentar o nosso Presidente, o Presidente da Comissão Especial da Reforma Política, Rodrigo Maia; cumprimentar Marcelo Castro, um grande parceiro das mulheres; e cumprimentar cada um. Quero agradecer esta oportunidade que as Deputadas, que os Deputados nos dão, de falar rapidamente.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - E por Santa Catarina.

A SRA. SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN - E pelo Amazonas. Então, falo de norte a sul do País. Olha que coisa boa. Isso mesmo! (*Palmas.*)

Quero dizer que eu acho que o tom da conversa que a gente precisa ter — e está na hora de ter uma conversa, gente, muito mais do que a gente fazer discurso — é essa conversa que a Marta inaugurou.

Eu sou novata no Senado, estou no meu primeiro mandato, mas fiquei aqui, nesta Casa, tenho muito orgulho de ter ficado aqui durante 12 anos. E quero dizer, gente, que parece que a gente está falando uma coisa que está muito distante da realidade, mas não é, nós estamos tratando de um assunto que faz parte da nossa vida no dia a dia.

A primeira Senadora mulher da República... Porque a primeira Deputada veio em 1933, porque nós tivemos o direito ao voto em 1932, e, em seguida veio a



primeira Deputada. Mas a primeira Senadora só veio 45 anos depois, em 1979, foi a nossa querida Eunice Michiles, do Estado do Amazonas. (*Palmas.*)

Então, nós não estamos falando de gerações passadas. Eu estou falando da minha geração, porque 1979 foi o ano em que eu ingressei na universidade federal do meu Estado. E só nesse ano que a primeira mulher ingressou no Senado da República.

Então, é óbvio que a política, no Brasil, tem um sinônimo masculino. Ela é feita por homens. A presença da mulher é muito pequena. Mas o mundo mudou. E a mulher foi chamada a trabalhar, a contribuir para o processo de desenvolvimento, para o processo de construção da riqueza da nossa sociedade. E a gente foi para a rua. A gente, hoje, é responsável por mais de 40% da força de trabalho. Mas no Parlamento do Brasil, gente, nós só representamos e ocupamos 10% das cadeiras. É isso aqui, são 51 Deputadas, não é Dâmina? Cinquenta e uma. Isso não dá nem... Dá 10%, 9,98%. Então, não é normal.

E aí dizem, a gente escuta muito dos nossos colegas Senadores: *“Mas a mulher não tem interesse.” “A mulher não quer.” “A gente vai atrás da mulher para ela ser candidata, mas ela não aparece.”* Sabe por que ela não aparece? Porque ela não vai ter o tempo da TV, ela não vai ter acesso ao recurso partidário, ela não vai ter isso! Apesar de a Lei da Cota — de que a Marta falou — ter 20 anos, gente, 20 anos, é de 1995, o primeiro ano em que nós conseguimos o preenchimento, de acordo com os dados do TSE, foi na última eleição de 2014.

E você lembram, a minirreforma política que a gente fez aqui — eleitoral, porque não foi política — nós tivemos um ganho importante, em 2009, porque antes era reserva de vagas. Em 2009, nós que estamos aqui aprovamos preenchimento da vaga. Mas só conseguimos o preenchimento na última eleição, no ano passado, 2014. Por quê? Porque o Ministério Público Eleitoral e a Justiça Eleitoral não recebiam a chapa se não estivesse completa. Aí vinham aquelas mulheres que só davam o nome para constar. E eu não estou criticando ninguém, porque isso acontece com todos os partidos, inclusive com o meu partido, que se orgulha muito — não é Luciana? — de ter 40% de sua bancada de mulher, e, daqui para uma semana, nós vamos ter uma Presidente nacional que é mulher, a nossa querida Luciana Santos. (*Palmas.*) Então, não tenham vergonha de dizer isso.



Então, esse não é um problema nosso, das mulheres. Esse é um problema da sociedade. No mapa do mundo, no mapa mundial, em relação à presença da política, tem aí o mapa, o Brasil, gente, envergonha. O Brasil nos envergonha porque o protagonismo que a gente conseguiu na sociedade nós não transferimos para a política, ainda. Aqui, nas Américas, a gente só tem mais Parlamentares mulheres do que o Haiti e do que Belize. Até o Panamá, de quem a gente estava na frente, no novo mapa, o Panamá pulou na nossa frente.

Vocês entenderam bem, gente? No nosso Continente, a gente só tem mais mulher no Parlamento do que o Haiti e Belize. Aí, dizer que a mulher não quer... A mulher quer, ou será que é só a argentina, a uruguaia, a paraguaia, a cubana, a chilena, a francesa, a alemã? No Oriente Médio, gente, em que mulher anda de burca, a presença delas é maior, porque a presença da mulher está diretamente vinculada ao sistema político eleitoral.

Então, olha, a gente quer abrir o diálogo, a gente quer abrir a negociação. O que está no jornal, hoje, eu lamento. Está no *Correio Braziliense* que o Presidente da Câmara teria dito: “*Enquanto as mulheres estão no norte do Brasil lançando a campanha...*” Nós estávamos lá, ontem, várias Deputadas e Senadoras, Senadores homens, inclusive, lançando a campanha. Diz que o Presidente não aceita, em hipótese nenhuma, que a gente tenha cota. Ele não aceita isso, não, cota de vaga. Eu sei que não é a opinião do Presidente — ele esteve conosco, em São Paulo, na FIESP, como esteve Renan Calheiros. E eu acho que essa não deva ser uma construção das mulheres, deve ser uma construção do Parlamento, como a Marta diz. A política de cotas, gente, é o reconhecimento da desigualdade, para, a partir desse reconhecimento, a gente buscar a igualdade. (*Palmas.*)

Então, é isso aí, viu, gente? Nós contamos muito e consideramos o diálogo mais do que aberto. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Bem, agradeço às nossas Deputadas, às nossas Senadoras por engrandecerem o debate na nossa Comissão.

A SRA. SENADORA MARTA SUPLICY - Presidente, estou olhando aqui a carinha de cada um (*ininteligível*).

(*Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.*)

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sensível, né? (*Ininteligível.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - E como a última que falou foi uma Senadora do PCdoB, eu vou pular o nome do Deputado Daniel Almeida. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Ah, não!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Deputado Daniel Almeida, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Eu me sinto prestigiado, valorizado, por ter a intervenção interrompida para essa manifestação das mulheres. E quero não só dizer que concordo com as intervenções, com o conteúdo da proposta das mulheres, como a nossa bancada já tem posição em relação aos 30% de vagas reservadas às mulheres. E cobro, inclusive, do Relator, que coloque essa proposição no relatório.

Mas quero dizer, nobre Relator, nobre Presidente, que nós gostaríamos de votar nesse relatório. Do jeito que ele se encontra, nós não temos condições de votar no relatório. Ele traz um conjunto de modificações que, na nossa avaliação, piora o ambiente político que verificamos hoje. Em relação ao financiamento, por exemplo, não é possível que nós, que esta Casa constitucionalize o financiamento empresarial. Isso vai na contramão de toda a expectativa da nossa sociedade. Nós sabemos os vícios que o modelo de financiamento empresarial produz na política brasileira, interfere no processo eleitoral no nosso País. E a saída que encontramos é constitucionalizar o financiamento empresarial?

Nós achamos que isso é absolutamente inaceitável. Temos uma posição diametralmente contra esse encaminhamento. Defendemos o financiamento público, o financiamento de pessoa física como um exercício da cidadania.

Não entendemos a cláusula de barreira, que vai também no sentido de limitar a livre organização partidária. Nós estamos falando no fortalecimento da democracia no nosso País, no pluralismo político-partidário, no aumento da representação de diversos segmentos — as mulheres estão aqui reivindicando esse caminho. E a cláusula de barreira, o fim da coligação proporcional vão na contramão, no sentido oposto, porque é o cerceamento da liberdade de associação, o esmagamento de minorias, que têm o direito de ter a sua representação aqui, nesta Casa.



A proposição a respeito do Senado, ainda bem que foi modificada, não é? Mas, realmente, provocou um impacto. Então, nós não podemos votar no relatório do jeito que ele se encontra.

Nós queremos votar, nobre Relator. Reconhecemos o esforço que V.Exa. fez de ouvir todos os segmentos, de caminhar pelo País buscando caminhos para produzirmos um relatório que possa representar o sentimento da Casa e o sentimento e a aspiração da sociedade brasileira. Não é possível fazer isso sem tratar das medidas infraconstitucionais, elas são tão importantes quanto... Por exemplo: o fim do cociente eleitoral, para que os partidos possam participar das sobras. Se acabarmos com a coligação, isso se torna mais necessário ainda. Todos os partidos vão verificar essa situação. Todos. Em algum Estado há dificuldade de alcançar o cociente eleitoral. Se acaba a coligação, muitos ficarão sem essa possibilidade. É um debate das medidas infraconstitucionais. Nós falamos, aqui, de estabelecer teto para gastos de campanha, critérios para controlar os investimentos, ou os gastos das campanhas eleitorais, que estão nas medidas infraconstitucionais.

Para concluir, Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo a V.Exa. e ao Relator: que pudessemos antecipar esse debate, marcar a nossa votação para quinta-feira, trazer o relatório das matérias infraconstitucionais, abrir o debate e as votações daquilo que já conhecemos, que é essa PEC, na próxima quinta-feira. E teríamos um tempo, até a segunda-feira, para dar continuidade à votação, e para, também, tratar, na Comissão, as matérias infraconstitucionais. Não será possível conhecer o relatório das matérias infraconstitucionais na segunda-feira, e votá-lo na segunda-feira, para levar a Plenário na terça ou na quarta-feira.

Então, eu volto aqui a fazer um apelo no sentido de começarmos a deliberar — queremos que esta Comissão possa deliberar e produzir o relatório — a partir da próxima quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Deputado, a decisão já está tomada. Eu acho que ou nós vamos, com esse tempo, construir a Comissão com seus partidos, nos seus consensos, para que a gente possa tirar aqui o melhor relatório possível... E eu tenho um ponto de vista divergente da necessidade do projeto infraconstitucional ser apresentado antes de aprovada a emenda



constitucional. Eu tenho dificuldade de entender o que ele vai regular, se ele não sabe que emenda vai ser aprovada. É só um ponto de vista meu.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Mas, Presidente, o Presidente da Casa nos informou,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Não, não, ele...

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - ...anunciou em Plenário que faria desse jeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Ele.. ele...

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - É um compromisso político.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Ele reafirmou isso hoje, mas eu acredito que o melhor é que a gente tenha algo aprovado, e, depois de aprovado, ser votado o outro projeto de lei. Mas aí é uma...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Presidente...Só...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Deputado, Deputado, não, não, não...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Só para contribuir, com uma frase.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Eu não vou...Eu não vou entrar nesse debate agora, apenas dei a minha opinião aqui.

Pode falar, então.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Não, é só uma frase, no sentido de que é fato que a emenda constitucional pode ser votada antes. Mas, por exemplo, quem resiste à hipótese do distritão, e pode encontrar um sistema eleitoral que não dependa de mudança constitucional, gostaria de ter essa possibilidade, porque existem mudanças de sistema eleitoral que não dependeriam de emenda constitucional. Agora, lógico, tem uma ordem para votar. Sem dúvida. Não tem problema que não conheçamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Deputado, o acordo de procedimento será feito entre o Presidente da Casa e os Líderes, com o direito a que todos os modelos possam ser votados. Se o primeiro a ser votado for derrotado, vai ao segundo, vai ao terceiro. Podem-se votar todos (?) Foi o que o Presidente, hoje, conversando comigo e com o Marcelo, deixou bem claro. Contanto que a gente



aprove de uma forma que isso seja possível. Derruba o primeiro, pode-se votar o segundo.

Deputado Victor Mendes.

Eu estou mantendo as inscrições da semana anterior. Quando chegar na Deputada Dorinha, e na Deputada Carmen, a inscrição oficial está encerrada; não significa que o debate esteja encerrado. Apenas para que, no momento em que a sessão de segunda começar, a gente já tenha cumprido essa fase de debates.

Deputado Victor Mendes.

O SR. DEPUTADO VICTOR MENDES - Sr. Presidente, assim que começar, ali, a olhar, eu começo a falar. *(Pausa.)* Pronto.

Primeiro, Sr. Presidente, eu gostaria de expressar o meu sentimento de parabenização à sua conduta, e ao Deputado Marcelo. Eu confesso que, na primeira reunião, em que eu tive que brigar para falar a minha opinião, e representando um partido pequeno, eu pensei que esse negócio não ia dar certo, que eu não ia conseguir ter um espaço para demonstrar minhas opiniões. E a sua conduta e a do Deputado Marcelo surpreenderam-me, em especial quando recebi um telefonema de V.Exa., Deputado Marcelo, que, com muita humildade, ouviu-me e realmente colocou em prática aquilo o que V.Exa. está dizendo, que esse relatório que V.Exa. está redigindo não é seu, mas de cada um de nós.

Eu sei que há o consenso de todos nós. É difícil. Mas V.Exa. está tendo a humildade, sob a coordenação do nosso Presidente. Então, eu acho que eu deveria fazer de público também esse reconhecimento e parabenizar a postura de ambos.

Quanto ao relatório, ao aditivo ou à nova proposta dele, eu queria sugerir uma melhor redação, Sr. Relator, no que diz respeito à suplência de Senador. Como vai ficar para segunda-feira, eu acredito ainda que ele já vem evoluindo nas versões que V.Exa. apresentou, sem entrar no mérito de cada assunto. Mas eu acho que ainda está confusa essa questão do Senador Suplente, que hora pode ser... No caso de morte, vai ser o mais votado e, no caso de afastamento, vai ser o Suplente. Então, é melhor construir uma versão mais prática e mais técnica para... O Suplente serve para tudo, para o afastamento em caso de morte, em caso de renúncia ou no caso de assumir o mandato do Executivo. Eu acredito que seja confuso haver dois casos para o Suplente de Senador assumir.



Eu gostaria também de me reportar a duas situações, Sr. Presidente. A primeira é em relação à postura desta cadeira que eu tenho aqui. Essa cadeira, sim, como cada membro, foi indicada pelo partido. Vou ter que expressar a vontade do meu partido, o Partido Verde. Não quer dizer que, no plenário, eu seja obrigado a sustentá-la. Então, eu não vou ser incoerente. Apenas vou sustentar uma posição do partido aqui nesta cadeira, mas, no plenário, eu vou ter uma posição totalmente minha, individual, daquilo que eu penso.

Ao rodar pelo interior do Maranhão, dialogar com Prefeitos, Vereadores e classe política, nesse final de semana, ficou muito clara a boa interpretação em favor do sistema político sugerido pelo distritão. É mais fácil para que as pessoas entendam, é mais fácil para que as pessoas consigam exercer na prática... Isso me fortaleceu ainda mais no sentido de trazer esse sentimento, embora com muita dúvida se realmente é o melhor modelo. Mas a posição do Partido Verde é... Eu ainda não entendi qual é a posição. Só é contra o distritão. Eu vejo muita gente aqui ser contra o distritão, mas não apresenta o modelo que seria melhor ou o que seria o distrital misto, como muito foi falado. Vai haver confusão para nós absorvermos isso e para o povo poder também absorver isso! O recorte que os tribunais regionais vão dar na divisão desse distrito... Fica também um mar de incerteza.

Então, a posição do partido é uma, mas a minha posição no plenário vai ser defendida de outra forma. Graças a Deus, eu consegui evoluir e estou convicto também dessa separação.

Acredito que o texto está caminhando. O partido também irá se posicionar contra a cláusula de barreira aqui na Comissão — estou logo antecipando isso também. Eu espero aqui justamente isto, Sr. Presidente: que essa decisão não passe de segunda-feira. Dom Eduardo I está conseguindo aprovar tudo muito do jeito que lhe é conveniente ou que, na interpretação dele, é melhor. A gente fica assustado de ele realmente nos chamar para o plenário nesse intervalo, até segunda-feira, e a gente perder esforço, concentração, debate, horas e energia. Eu gostaria muito que a gente saísse com esse texto aprovado na segunda-feira de forma irreversível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Deputado, o Presidente pode ter, como qualquer um de nós, defeitos. Mas a palavra, pelo menos comigo, nunca



foi uma coisa que ele descumpriu. Hoje ele assumiu o compromisso de que o plenário será terça à noite. Nós temos segunda e terça, com tranquilidade, para votar.

O SR. DEPUTADO VICTOR MENDES - Eu só estou aqui porque, na imprensa, foi colocado justamente o contrário: ele queria ganhar tempo para o tema não ser votado e avocar para o Plenário o relatório, mudando o Relator. Isso é palavra dele. Mas tudo bem. A gente acredita até na garantia que V.Exa. está dando para a gente. Na verdade, o grande avalista disso tudo é V.Exa., e sua imagem é seu nome.

Então, que de segunda-feira não passe. Que a gente realmente possa colocar em prática muito discurso e muita teoria que foi feita aqui. É hora de nós todos nos apresentarmos com as nossas convicções, cada um representando o seu partido, mas trazendo aqui também as suas ideias. Eu acredito que o texto, Deputado, está bem mais perto de um consenso. Só daria essa pequena e humilde sugestão de melhorar essa questão relativa a Senadores. Há outra coisa: não há partido nem ninguém que me faça votar nos 10 anos para Senador. Se eu puder cortar para 5..., senão, vamos manter os 8 ou, então, não se unifica o mandato para 5 anos, deixa 8, como está, e 4 para os outros também. Mas 10 anos para Senador ninguém merece.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Deputado Tadeu Alencar.

O SR. DEPUTADO TADEU ALENCAR - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, eu quero elogiar também, em nome do Partido Socialista Brasileiro, a condução dos trabalhos pelo Presidente Deputado Rodrigo Maia nesta Comissão Especial e elogiar particularmente o comportamento altivo do Deputado Marcelo Castro, que, como muitos que me antecederam aqui, já disse que, desde o primeiro dia, distribuindo a sua cartilha com seus pontos de vista, não representaria, neste plenário da Comissão Especial, nem a sua opinião pessoal no relatório nem a do seu partido se não fosse o sentimento majoritário desta Comissão, e o fez, até esses últimos episódios que eu reputo lamentáveis.

Nós atravessamos este País em audiências públicas, onde ouvimos a sociedade civil, os partidos políticos, as representações classistas e sindicais, os estudantes, as igrejas, em suma, a sociedade civil organizada, os Parlamentares, representações de Prefeitos e Vereadores e não podíamos chegar ao final deste



trabalho, dentro do prazo regimental estabelecido, de 40 sessões, sem apresentar um resultado. Evidentemente que todos nós aqui sabemos que o Plenário é soberano e deliberará exatamente em face dessa soberania que tem com os *quóruns* exigidos para reformas constitucionais.

Eu acho que há muitos avanços, Deputado Marcelo Castro, no seu relatório. Quero cumprimentá-lo por isso.

Há a unificação do calendário eleitoral. O Brasil precisa se concentrar na gestão pública e perder essa compulsão. As eleições que, embora tenham um caráter de festa democrática e de poder renovar a política quando não corresponder ao anseio da sociedade... Mas o Brasil precisa se concentrar na gestão pública. Acho que chega em boa hora o fato do seu relatório prever a unificação do calendário eleitoral. Acaba também com a reeleição, que teve um papel na vida nacional, na vida brasileira, mas, pela desigualdade que impõem, favorável a quem disputa uma eleição na cadeira como titular do cargo pleiteado, ela é nociva, perniciosa, à democracia. Portanto, acho que é um avanço também acabar com a reeleição.

Nós temos aí um mandato de 5 anos. Como não se tem reeleição, é importante que se tenha um tempo, um lustro de 5 anos, onde possam os gestores brasileiros exatamente se concentrar naquilo para o qual foram eleitos, exatamente corresponder, num País que tem desafios monumentais como tem o Brasil... É preciso que os gestores municipais e estaduais e o Presidente da República tenham um tempo que não seja inquietado pela imposição de um calendário eleitoral. Portanto, um prazo de 5 anos para todos os cargos.

Fico também muito satisfeito de V.Exa. ter reconsiderado uma posição com relação ao mandato de 10 anos. É óbvio que esta Casa aqui não pode se pautar por conveniências de nenhuma espécie. Se a Câmara Alta da República entender diferente o fará e evidentemente será cobrada por isso.

Eu fiquei muito satisfeito, no sábado, quando tive a notícia de que V.Exa. tinha reconsiderado a posição do mandato de 5 anos.

Com relação à fragmentação partidária, há a vedação às coligações nas eleições parlamentares. Eu penso que isso contribui de modo decisivo para evitar essa pulverização, essa fragmentação perniciosa, porque serve muito mais a



interesses mercantis de acesso a tempo de televisão, a fundo partidário e muito menos ao fortalecimento de partidos, não por serem pequenos, mas por não serem programáticos e nem sequer, às vezes, considerados como partidos.

Há a cláusula de desempenho, que eu acho que ficou bem modulada e progressiva. Foi feita uma redução para que os pequenos partidos possam efetivamente se preparar para essa nova realidade.

O instituto da Federação que nós discutimos aqui é uma forma de também os pequenos partidos poderem se juntar e disputar eleições na perspectiva de não serem prejudicados pela vedação às coligações. Há duas coisas que nós do PSB entendemos não corresponder ao nosso pensamento sobre a reforma política. Um sistema eleitoral... O distritão nem sistema é. É um sistema despolitizado. Ele não permite a representação das minorias, sacrifica, como vimos aqui, a participação das mulheres, a participação de gênero na política, inquestionavelmente insuficiente. Por isso, o sistema distritão é a lei dos mais fortes, a cadeia alimentar com a voracidade incompatível com um país complexo e plural como o Brasil.

Também fazemos uma ressalva ao financiamento empresarial. Nós entendemos que, até por conta de toda essa moldura que estamos vivendo, sabemos que, se não é o fruto de todos os males, o financiamento empresarial seguramente é fruto de muitos males.

Portanto, nós queremos dizer a V.Exa. que vamos votar favoravelmente a seu relatório, procurando modificar estas duas questões: o sistema eleitoral, porque queremos manter o atual sistema proporcional — foi o consenso no PSB — com ajustes e melhorias que podem ser feitos, inclusive a instituição de uma cláusula de desempenho individual, e eventualmente a questão das sobras, que, pelo que eu entendi, será tratada na legislação infraconstitucional e também no financiamento.

Quero dizer que nós fizemos um destaque para suprimir o distritão, o destaque nº 10. Eu ainda vou ver se vai precisar ser readequado porque pode ter havido alteração de numeração. Mas nós fizemos um destaque nesse sentido e também para instituir uma cláusula de desempenho de 15%. Por isso, vamos votar no relatório com a ressalva dos destaques que serão feitos.

Por fim, eu quero lamentar aqui as declarações do Presidente desta Casa que julgo absolutamente infelizes. Nós trabalhamos aqui por 90 dias, numa Comissão



instituída pelo Presidente, que tem dado demonstrações de retomar exatamente o protagonismo do Poder Legislativo, e nós o aplaudimos por isso. Mas não pode desqualificar o trabalho desta Comissão e aventar a possibilidade... Aqui, finalmente, também, para a minha satisfação, Presidente, é a *(ininteligível)* de que esta Comissão não votasse esse relatório.

O Plenário é soberano, pode derrotar o relatório, pode modificar completamente a produção que fizemos aqui. Mas nós não poderíamos frustrar o Brasil e, principalmente, as prerrogativas dos Parlamentares que integraram esta Comissão Especial representando os seus partidos.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sr. Presidente, eu queria fazer um elogio ao Relator, sempre tão atencioso. Todos os dias ele tem ouvido bastante, e tenho percebido isso, só não tem escutado nós mulheres.

Em todas as mudanças que o Relator tem apresentado, tem alterado diversas medidas, procurando atender o Plenário.

Então, é extremamente gentil. É indiscutível a sua atenção. Mas eu sempre digo que, como disse o Deputado Vanhoni, quando Relator de uma Comissão Especial, ouve a todos, mas escuta alguns. Eu gostaria de fazer um apelo para que nós mulheres fôssemos escutadas. *(Palmas.)*

Eu vou deixar de repetir os dados que já mostram que o nosso País ocupa posições vergonhosas. Nós perdemos para países em que o autoritarismo e a violência contra a mulher estão presentes. Os números do Brasil não condizem com a nossa realidade, com o tamanho da população feminina e com a nossa capacidade.

Eu gostaria de dizer que ouvi, no plenário, Relator, de vários Deputados, na nossa manifestação, falarem: *“Vocês querem chegar aqui sem votos?”* Eu gostaria de dizer a esses Deputados que nos respeitem. Nós temos um trabalho digno, nós mulheres servimos para fazer campanha para os homens, servimos para votar para os homens. Somos mais de 70% do eleitorado. Então, se os senhores estão aqui, é



porque mulheres votaram nos senhores. Portanto, nós não queremos favores. Mas eu não posso dizer que uma pessoa que sai para uma corrida com um fusca e um outro com uma Ferrari tenham as mesmas armas e condições de chegar. Nós vivemos em um País desigual. Temos cotas em várias áreas, pensando na desigualdade, na falta de equidade, e o que nós queremos hoje, como mulheres, é a equidade, a igualdade. Dê-nos uma Ferrari que nós chegaremos à frente de vocês. (*Palmas.*) Tenho certeza disso.

Estamos cansadas de andar pelo País, nos nossos Municípios, nas eleições, chegar lá e perguntar ao líder local, candidato a Prefeito: *“Quantos candidatos a Vereadores vocês têm?” “Nós temos 11, mas sete são de verdade, são mulheres para compor.”*

No meu Estado, Tocantins, nós superamos o percentual de mulheres, de 30%. Hoje nós somos 3 Deputadas Federais. O Deputado Federal mais votado do meu Estado é uma mulher.

Então, nós não estamos querendo favores, mas estamos querendo mais espaço para, numa situação momentânea, de desigualdade, que nós tenhamos o espaço para garantir que mais mulheres possam chegar nas Câmaras Municipais, nas Assembleias Legislativas e no Congresso.

Quero dizer ainda, Sr. Relator, que políticas afirmativas são constitucionais. Enfrentando uma situação de desigualdade, nós, mulheres, precisamos, sim, de uma atenção diferenciada. Quero dizer que somos poucas, mas 51 votos fazem diferença nesta Casa. Somos mais do que a grande maioria dos partidos e queremos ser enxergadas, respeitadas e ter a atenção devida.

Quando nós aprovamos, para a Mesa Diretora, a PEC da Deputada Luiza Erundina, também ouvi brincadeiras, como nós ouvimos na semana passada. Alguns Deputados disseram: *“Busquem as panelas pra elas.”* Não dizendo da manifestação, mas dizendo que o nosso lugar é na cozinha. Esse Deputado não deveria nem passar na porta deste Congresso. Ele não honra a Casa que representa, não honra os eleitores que votaram nele para que ele chegasse aqui. Se ele existe, uma mulher deu oportunidade para que ele existisse. Nós, mulheres, somos a maioria dos professores e educadores. Se ele chegou aqui, também passou pelas nossas mãos. Infelizmente, talvez nós não tenhamos cumprido a



nossa tarefa de educação com esse Deputado ou com outros que fazem brincadeiras semelhantes.

Então, eu queria fazer um apelo ao nosso Relator: que nos escutasse. Escutasse a possibilidade de as mulheres estarem presentes. Queremos cotas temporárias, nós não temos fundo partidário, as candidatas são laranjas. No meu Estado, várias policiais emprestaram seu nome para cumprir a cota de candidatura. Isso não acontece só em Tocantins. Eu tenho certeza de que acontece no Brasil inteiro.

Eu gostaria de dizer que nós, mulheres, queremos ouvir formalmente a posição de cada partido. Eu já ouvi do PSDB, ouvi do PCdoB a posição de apoio à cota das mulheres. Nós queremos ver agora quem tem compromisso com o Brasil, quem tem compromisso com a correção das desigualdades e iniquidades.

Nós, mulheres, queremos saber, sim, como cada homem pensa. Queremos fundo partidário de verdade. Estamos cansadas de só servir para puxar bandeira, para fazer campanha, para sair à rua pedindo voto para os homens. Nós queremos o espaço que nós merecemos, o qual temos direito a ocupar, com qualidade, com determinação.

Queria finalizar fazendo um pedido ao nosso Relator. Nós saímos para votar, para fazer campanha para vocês, e o nosso papel, na visão de vocês, acaba aí. Nós queremos estar no lugar de decisão, em todos os lugares deste Brasil. Nós merecemos participar da decisão deste País. Nós não somos só número; nós somos pessoas que vivem, que pensam e que acreditam num Brasil melhor.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Esperidião Amin.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, eu quero fazer minhas as palavras a respeito da condução que V.Exa. e os Vice-Presidentes estão fazendo das concessões, mas procurando, de alguma maneira, produzir.

Quero agora, com muita seriedade e fraternidade, cumprimentar o Relator, meu amigo Marcelo Castro, e cumprimentar os membros da Comissão pelo esforço que todos nós estamos fazendo para, indo ao encontro do que o Deputado Tadeu falou, não “pagarmos o mico” de não deliberar.



O resultado da deliberação, com todo respeito ao que pensa cada um, ao que pensam as mulheres, ao que pensam os partidos, corporações, etc., também não é um “Deus nos acuda!” porque, depois da Comissão, tem o plenário. E é em nome disso que eu gostaria de falar.

Número 1, meu partido tem um destaque. O único destaque que o PP apresentou, Deputada Dorinha, é a favor das mulheres, o único, porque nós temos duas Deputadas e as duas assinaram, com apoio do Líder, esse destaque. O outro destaque, eu pretendo apresentar. Eu quero tirar o Senado da nossa agenda. Tudo o que nós dissermos será mal interpretado.

Se for 10 anos, já foi; se for 5, pior ainda; se for não ter suplente, pior ainda. Vamos dizer que nós queremos que o segundo colocado mate o eleito ou conspire pela abreviação da sua vida.

Então, esse é o meu destaque. Sobre o mérito, é só isso que eu vou falar.

Agora, eu vou tomar o tempo dos senhores...

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - O que diz respeito ao Senado?

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Tirar o art. 14 do seu relatório, expungir-lo.

(Não identificado) - Não tratar do assunto.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Não tratar do assunto, que é o que nós estávamos fazendo na 352. Nós cometemos um erro no finalzinho: de botar o Senado de novo. Não vai ser aprovado, não vai ser aceito, é uma perda de tempo, é sangrar em saúde. Inutilmente...

(Não identificado) - Deixa eles escreverem.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Deixa eles escreverem!

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Deputado Esperidião, V.Exa. está se referindo ao art. 14...

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Do relatório.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - ... do relatório?

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Retira fora.

Mas eu não quero entrar no mérito, eu repito, eu quero entrar numa decisão.

Nós vamos construir, Deputado Rodrigo Maia, uma maneira...



Quero dar sequência ao que eu falei na quinta-feira passada: eu vou defender que nós não imponhamos um sistema eleitoral no relatório que vai ser votado aqui. Sabe por quê? Porque não representa nada. O sistema eleitoral vai ser o grande debate do Plenário. Não tenho dúvida! E falo aqui — presente o Deputado Molling (?) — que o nosso partido tem preponderantemente a decisão de votar a favor do distritão. Mas se produzirmos uma maioria a favor do distritão aqui, será uma maioria apertada, como diz o Deputado Marcelo Castro, e não vai ter significado nenhum. Vai ser uma briga, uma disputa inútil. Mas isso é assunto para segunda-feira ou quinta-feira.

Para terminar, preocupa-me que nós dificultemos a decisão. Como? Deixando para segunda-feira. Nós estamos conspirando contra nós mesmos, Deputado Henrique Fontana. Claro! O dia de levar para o plenário, senhores, é dia 26. Se o Presidente botar em votação no dia 26, a qualquer hora, ele não estará nos surpreendendo; ele estará cumprindo o compromisso público, que não é mais dele, é da Câmara, de respeitar o Regimento. Por que nós vamos botar na segunda-feira à noite? Explica-me. Por que eu vou concordar que seja votado segunda-feira à noite?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - (Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Para quê? Para chegar na segunda e dizer: *“Ah! Pois é, fomos bem-intencionados, mas não deu para deliberar sobre sistema político, sobre cota das mulheres, sobre questões que vão aparecer.”* Então, vai para o plenário. Será o fracasso da Comissão. Não é o fracasso da Câmara. É o fracasso dos nossos 90 dias de trabalho, como falou o Deputado Tadeu.

Então, é só isso que eu quero falar hoje. Não vou falar mais sobre mérito.

Eu acho que nós deveríamos começar a votar...

A SRA. DEPUTADA MOEMA GRAMACHO - Quinta.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - ... na quinta. E acho mais: eu prefiro perder a sexta a começar na segunda e não terminar. Fui claro? Eu prefiro perder a sexta-feira ou investir a sexta-feira e ter a certeza de que eu vou terminar a deliberação da Comissão. Não interessa o resultado que vai dar. É o de menos.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Pode ser quinta até a madrugada...



O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Não interessa! Pode ir adiante. O importante é que nós entreguemos ao Plenário uma deliberação, senhores, e não uma omissão.

A SRA. DEPUTADA MOEMA GRAMACHO - Ele pode assumir em plenário hoje que topa (*ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Omissão, não.

Deliberou, o Samuel ganhou, o Saul perdeu, isso é outra coisa. O Plenário vai ser a última palavra. Agora, não deliberar é um risco — e eu faço um apelo — que nós não devemos correr.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Eu vou manter o meu acordo com o Presidente Eduardo Cunha. Ele só colocará no plenário terça à noite. Nós podemos começar às 14 horas, na segunda, como V.Exa. propôs, melhora, por questão do tempo. Na semana passada, eu tentei marcar para sexta, a maioria não quis.

A SRA. DEPUTADA MOEMA GRAMACHO - A fala do Presidente hoje no plenário...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Deputada, ele pode fazer isso no plenário. Eu estou dizendo que eu já conversei com ele, e eu não tive ainda do Presidente Eduardo nenhum compromisso desonrado. Então, a gente começa às duas horas, mais cedo, como quer o Deputado Esperidião, porque, aí, fazemos um ponto de equilíbrio, começamos na segunda mais cedo, o que facilita a votação.

(Não identificado) - Que horas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Duas da tarde.

Com a palavra a Deputada Carmen Zanotto.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos em uma casa onde cada um de nós já passou por direção de partidos municipais, direção do partido estadual. Se não passou pelas direções, conhece bem os bastidores e o processo que nós temos durante a formatação das nominatas. A iniciativa de termos uma cota para compor as nominatas teve o seu mérito, mas o seu resultado nós conhecemos aqui, com apenas 51 Deputadas, no Senado, com apenas 13 Senadoras, nas Câmaras de Vereadores, com apenas 13%



das cadeiras de todas as vagas de Vereadores País afora. Isso só reforça e deixa claro que a cota é para cumprir um preceito legal, cumprir uma determinação, porque alguns tribunais começaram a exigir a cota das mulheres para poder ter o correspondente de homens. Então, nós estamos falando em uma casa e com um conjunto de pessoas que conhecem como poucos os bastidores do processo e a forma como se dá o processo eleitoral ainda mais.

Quando nós, mulheres, as 51 mulheres desta Casa e as 13 Senadoras, estamos pedindo cota efetiva de cadeiras, significa que nós queremos reduzir as desigualdades que ainda existem na sociedade. Nós temos certeza e convicção de que o fortalecimento das políticas públicas passa, sim, também, pelo olhar de quem está do outro lado, pelo olhar de quem já passou por uma cozinha, de quem já passou por uma unidade hospitalar, de quem já passou por outras atividades na sua vida. E nós percebemos isso muito, inclusive, aqui na nossa Comissão de Seguridade Social e Família, quando nós vemos a experiência e a fala de colegas Deputadas. Nós só vamos ter um País mais justo e igualitário, e, com isso, nós vamos conseguir nos desenvolver mais economicamente, quando nós não tivermos diferenças gritantes na nossa sociedade.

Cota é bom? Pode não ser o melhor mecanismo, mas é o que nós temos hoje. Nós não queremos viver da cota, mas nós hoje precisamos. A única forma, Sr. Relator, nobre Deputado Marcelo, que tem sofrido críticas... Mas só sofrem críticas aqueles que enfrentam os problemas, só recebe pedrada a árvore da qual pode cair um fruto. Então, nós acreditamos, e vamos continuar lutando, porque nós acreditamos, efetivamente, que, para um determinado momento, a cota no número de cadeiras é fundamental, não aquela cota que existe hoje na legislação para a disputa das vagas. A disputa das vagas não vai solucionar a situação das desigualdades que existem. E nós só vamos reduzir essas desigualdades efetivamente enfrentando. E, quem sabe, daqui a três legislaturas, quatro, nós não precisemos mais ter cotas para negros, para deficientes, para as mulheres na política? Mas, lamentavelmente, em um País absolutamente desigual, nós ainda precisamos ter o mecanismo das cotas como a garantia do outro olhar nesta Casa, do outro olhar no Senado, do outro olhar na Câmara de Vereadores, do outro olhar na Assembleia Legislativa.



Portanto, nobre Relator, eu lhe perguntei, com muito carinho, primeiro, se nós já tínhamos conseguido tocar o seu coração, e o senhor me respondeu que o seu coração já era tocado. Mas eu preciso fazer um apelo aqui ao conjunto de Parlamentares do meu partido. Na minha bancada, no PPS, nós somos 20% de mulheres, mas lá também não é unânime, lá também há a preocupação de que não seja esse o caminho. Mas nós precisamos buscar esse caminho dentro de cada partido, dentro de cada legenda, porque, se nós não conseguirmos nos fazer entender aqui dentro, onde cada um sabe exatamente como se dá o processo eleitoral, não vai ser nas páginas de jornais, não vai ser lá fora.

Quero aqui dizer, com muita clareza: nós não queremos cadeira cativa para “a” ou para “b”. A gente pode até discutir dois mandatos, três mandatos, e deixar de ter também a reeleição eterna de Parlamentares. Nós queremos a representação. Quem vier que venha com a representação. Portanto, cota não significa cadeira cativa para “a” ou para “b”. Cota significa cadeiras para homens e mulheres. Começamos com 50% e entendemos que teríamos que pelo menos brigar por 30%, que é muito mais do que há hoje. Com certeza absoluta, todos os plenários das Comissões e daquela Comissão serão diferentes quando um conjunto de mulheres conseguirem expressar que mais de 50% da população lá fora sabe o que é uma mulher sustentar uma família, o que é uma mulher ir para o mercado de trabalho e não ter uma creche para deixar seu filho, o que é uma mulher ir para a universidade e saber que a criança ficou em casa à noite, sem ter com quem deixá-la. Nós estamos falando, gente, de políticas públicas. E as políticas públicas se fazem a partir do Parlamento. Nós estamos falando de quem sabe exatamente o que é o outro lado, o que é ter duas jornadas de trabalho na enfermagem, por exemplo, para poder ter um salário de 2 mil reais. Nós estamos falando de mulheres que sabem o que é participar de um processo eleitoral, de uma campanha. E, mais do que nós, os senhores conhecem muito mais os bastidores. E, em nome desse conhecimento de cada Deputado homem desta Casa, nós mulheres queremos fazer o apelo: parem um pouquinho, pensem e vejam que a disputa nunca foi e ainda não é igual no processo eleitoral.

Muito obrigada, Sr. Relator e Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Evandro, como Líder.

O SR. DEPUTADO EVANDRO GUSSI - Sr. Presidente, o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - V.Exa. tem 3 minutos, pela Liderança do PV.

O SR. DEPUTADO EVANDRO GUSSI - Sr. Presidente, Sr. Relator, mais uma vez, aqui ratifico os meus cumprimentos. Há um consenso notável sobre a condução de V.Exas.

Sou daqueles que pensam que nós deveríamos votar, sim, o quanto antes — não sei. Claro que ainda há ímpetos de sensibilidade, sobretudo os últimos trazidos quanto a questões importantes.

Eu vejo aqui o destaque apresentado pelo Deputado Marcus Pestana e queria chamar a atenção disso. Mais uma vez, nós estamos ignorando as consequências conhecidas e clássicas dos sistemas eleitorais. Quero voltar a essa questão, porque nós já sabemos que é possível antever as consequências de um distrito plurinominal, com o tamanho dos nossos Estados. As mazelas do atual sistema eleitoral, além de não serem solucionadas, além de não serem minoradas, serão acentuadas. O filme da campanha eleitoral, que hoje é “dormindo com o inimigo”, já que as disputas acontecem no interior dos partidos, se tornará, como eu disse, na semana passada, a frase de Thomas Hobbes: “*O homem é lobo do homem, em guerra de todos contra todos*”. Se queremos o fortalecimento dos partidos, a história clássica dos sistemas eleitorais mostra que isso começa a partir do momento em que os Deputados não disputam os mesmos votos.

Num debate, no final de semana, um importante cientista político brasileiro dizia que bonito é na Alemanha, onde não existem sequer gabinetes para os Deputados. Os gabinetes, Sr. Presidente, são dos partidos, que, com grandes estruturas técnicas, com gente competente, é capaz, Deputado Afonso Motta, de construir programas partidários. Eu dizia a esse professor: “*Isso só é possível porque tais Deputados não disputam os mesmos votos*”. E, por conta disso, são capazes de construir e consolidar programas político-partidários e pensamentos para o Brasil, que é o que nos falta. Isso não acontecerá num lugar, num sistema eleitoral em que, como já sabemos e devemos lembrar, quatro pequenos países



excepcionais que têm distritos plurinominais — e aqui eu concluo, Sr. Presidente — são países com menor densidade demográfica. Nós estamos falando de 645 Municípios de São Paulo, de onde eu venho, e de mais de 800, de onde vem o Deputado Marcus Pestana, ou mesmo do Amazonas, que têm menos Municípios, mas que guardam distâncias geográficas e logísticas intransponíveis.

Se nós queremos fortalecer partidos, devemos principalmente acabar com a disputa interna e permitir que um candidato — imagine que sonho de consumo, Sr. Relator — peça votos para seu companheiro de partido, localizado em outro distrito. Isso levaria à coesão partidária e garantiria planos nítidos de partidos, Deputado Chico Alencar, como eu sei que sonha V.Exa. Isso acabaria com os personalismos que tanto atrapalham a política brasileira. Ao disputarmos os mesmos votos e não alterarmos isso, Deputado Sirkis — V.Exa. chega aqui e honra esta Casa e esta Comissão, com sua história —, não teremos partidos fortes e política baseada em ideias; pelo contrário, acentuaremos o personalismo, os gastos e os corporativismos, com todos os seus malefícios.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Wilson Filho, pela Liderança do PTB.

O SR. DEPUTADO WILSON FILHO - Sr. Presidente, primeiramente, em nome do PTB, quero parabenizar V.Exa., o Sr. Relator, Deputado Marcelo Castro, e todos os colegas que, por várias semanas, por alguns meses, puderam debater intensamente uma proposta que está em nossas mãos. Quando as pessoas saíram às ruas, por várias vezes, cobrando o combate à corrupção e mudanças nesta Casa, elas estavam diretamente pedindo, clamando e exigindo que um novo sistema eleitoral e político fosse colocado em pauta e aprovado, proibindo que muitas coisas pudessem continuar a ser feitas.

Então, em nome dos jovens brasileiros, eu agradeço esta Casa, esta Comissão, o Relator Marcelo, porque realmente V.Exas., os Parlamentares, estão fazendo um bem enorme ao Brasil e às futuras gerações.

Sr. Relator, Deputado Marcelo, em nome da juventude brasileira, eu tenho duas sugestões para V.Exa.: primeiro, no momento em que V.Exa. diz que o projeto de lei de iniciativa popular passa a ter exigência mínima de 1 milhão de assinaturas



para 500 mil assinaturas, eu peço que, se possível, seja adicionado que o colhimento delas também possam ser feitas por formato eletrônico, porque hoje o Brasil, o mundo funciona dessa forma. Não adianta mais querer puxar assinaturas pessoalmente, individualmente, mão a mão, porque infelizmente isso não condiz com a nossa realidade.

Em nome de várias instituições, como do Conselho Nacional de Juventude, da Secretaria Nacional de Juventude e da Frente Parlamentar da Juventude desta Casa, eu reconheço que V.Exa. tem trabalhado para diminuir a idade mínima para concorrer aos cargos majoritários. O PTB faz uma PEC, em que destaca a diminuição da idade mínima para concorrência de eleições majoritárias. Nós defenderemos isso, na segunda-feira próxima, assim como o faremos junto a V.Exa., à Mesa desta Comissão e também aos colegas Parlamentares.

Como persiste a dúvida, quero pedir a V.Exa. que explique como funcionará a questão da cláusula de barreira, porque, em três momentos do relatório, V.Exa., em que se trata da cláusula de barreira: como regra para a próxima eleição, como regra para outra eleição...

Lendo atentamente o relatório, eu gostaria de pedir a V.Exa. que explique detalhadamente como isso funcionará, já que muitos colegas Parlamentares têm a mesma dúvida que eu.

Eu agradeço, em nome do PTB. Eu irei defender alguns destaques junto a V.Exa. e a estes Parlamentares, colegas desta Comissão, mas, no mérito, eu defenderei individualmente e pessoalmente.

Quero apenas perguntar a V.Exa. sobre esta minha dúvida e sobre a sugestão do formato eletrônico para as assinaturas de projeto de iniciativa popular.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Deputado, eu vou tentar explicar rapidamente. Essa cláusula de desempenho nós estamos querendo implantar da forma mais gradativa possível, mas sem fugir do princípio, da ideia, de que, para fortalecermos os partidos, ela tenha que existir.

O que está no nosso projeto? O que nós estamos propondo? Propomos, para a primeira eleição após a aprovação da PEC, que seja exigido, para que se tenha acesso ao Fundo Partidário e ao tempo de televisão, apenas que o partido político tenha eleito pelo menos um Deputado Federal. Na segunda eleição, , além de ter



elegido pelo menos um Deputado Federal, propomos que ele tenha tido pelo menos 1% dos votos nacionais e pelo menos 1% em um terço dos Estados. Somente a partir da terceira eleição é que nós teríamos, então, um regramento definitivo, que seria de 2% dos votos nacionais e 1%, pelo menos, em um terço dos Estados.

Achamos que isso é bastante gradativo, bastante acessível e que não surpreende ninguém. Se nós nos afastarmos do princípio de que é preciso o partido ter um mínimo de votação — nós estamos numa democracia representativa — para poder falar em nome do povo, ter tempo de televisão...

Hoje existem — uma crítica que recebemos todo dia — partidos que não têm representação no Congresso Nacional, que não têm grande votação. Aliás, faz-se a crítica de que há partidos que têm número de votos menor do que o número de assinaturas que obtiveram para serem criados e estão recebendo o Fundo Partidário. Não é nada contra ninguém, em hipótese alguma, é apenas para racionalizar, para que possamos ter um sistema mais racional no futuro.

Quanto à assinatura eletrônica, isso foi debatido de maneira ainda superficial. Eu posso me comprometer com V.Exa. a aprofundar um pouco mais o assunto. A ideia é facilitar o acesso da população aos projetos de lei. Para criar um partido político hoje, nós precisamos de 500 mil assinaturas; para a iniciativa popular de uma lei, precisamos, aproximadamente, de 1 milhão e 500 mil assinaturas. Nós estamos reduzindo isso para um número fixo: 500 mil assinaturas, para facilitar o acesso da população em sua iniciativa de fazer projetos de lei.

O SR. DEPUTADO WILSON FILHO - Deputado Marcelo, então, para resumir: se a reforma política for aprovada, para as eleições de 2016, nós teremos como único, exclusivo, requisito para Fundo Partidário e tempo de televisão apenas a representação na Casa.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Em 2018.

O SR. DEPUTADO WILSON FILHO - A próxima eleição será em 2016.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - O tempo é medido pela eleição para Deputado Federal.

O SR. DEPUTADO WILSON FILHO - Entendi. Então, para 2018. Em 2022, nós teremos a regra de 1%. Em 2027, nós teremos a regra propriamente dita, de 2%.



O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO WILSON FILHO - O.k.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Deputado Marcelo, em relação à manifestação feita pelas mulheres, V.Exa. não poderia dizer nada como Relator?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Depois ele vai responder a essa pergunta.

Tem a palavra o Deputado Passarinho.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - (*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Não, eu tenho uma posição.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Sr. Presidente Rodrigo, Sr. Relator Marcelo Castro, na apresentação do último relatório de V.Exa., eu fiz muitas críticas, porque achei que V.Exa. tinha colocado ali muitas novidades não discutidas na nossa Comissão. Agora, com este novo — acho que ainda não será o último relatório —, V.Exa. retoma pelo menos os textos discutidos e as proposições discutidas aqui, praticamente as originais.

Independentemente de concordar ou não, tudo o que está colocado aqui, basicamente, foi discutido. Para a suplência de Senador, V.Exa. coloca uma novidade que foi proposta na última reunião e que acho interessante.

Mas eu queria pontuar algumas coisas. Quando V.Exa. fala sobre eleições para Deputado Federal, para Deputado Estadual e para Vereador, os textos são diferentes. Digo isso só para que V.Exa. veja, para não surgir nenhum efeito lá na frente. Em relação a Deputado Federal, V.Exa. diz: “*A Câmara dos Deputados compõem-se de representantes do povo, eleitos pelo sistema majoritário (...)*”; está certo. Quando fala de Deputado Estadual, diz: “*(...) aplicando-se-lhes a regra desta Constituição sobre sistema eleitoral (...)*”, só isso. E quando fala sobre Vereador, repete o texto da Constituição original, que diz que eles serão reeleitos para o mandato de 5 anos, mediante o pleito direto.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Não. Entre Deputado Estadual e Federal, não há nenhuma contradição.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Não há.



O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - De Vereador eu não estou tratando. Por quê? Porque hoje a matéria não é constitucionalizada. Então, nós preferimos tratar do projeto de lei, porque, se nós a constitucionalizarmos, vai ficar difícil mudá-la no futuro. Preferimos manter a regra, como está hoje, infraconstitucional. Mas poderemos colocar isso na Constituição, não há problema.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Mas, no projeto, V.Exa. vai colocar algo sobre voto majoritário também. Não podemos ter dois sistemas.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - É claro. Vamos manter toda a lógica, sem dúvida. Por isso é que houve a necessidade de formar as duas Comissões, exatamente para haver uma coerência entre a PEC e o projeto de lei.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Eu acho que não custava, na hora de tratar dos Vereadores, já deixar o texto claro.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Pois é. Nós podíamos botar isso na Constituição. A ideia foi essa. Mas, como não está constitucionalizado hoje, isso poderia criar uma dificuldade futura, e qualquer mudança exige um quórum de três quintos. Foi para racionalizar que nós não colocamos.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - O.k.

E só quero dizer a V.Exa. que voltamos ao texto original. De algumas coisas, nós discordamos e votamos. Continuamos discordando em relação à janela. V.Exa. já a reduziu drasticamente, mas continuamos achando que 30 dias é o suficiente para uma janela, senão nós teremos uma porta, não uma janela, aberta para irmos e voltarmos ao mesmo tempo. Mas vamos fazer o destaque para discussão no plenário.

Fora isso, quero agradecer ao Presidente a condução dos trabalhos e ao nosso Relator a sensibilidade. Após tantas críticas, não só na Comissão mas também em rede nacional, V.Exa. volta ao original. Parabéns por ter repensado. Que possamos caminhar para a votação.

Só lembro, Deputado Rodrigo, que nós temos que ter cuidado com a votação na semana que vem, porque, se não me engano, dia 25, segunda-feira, começa a Marcha dos Prefeitos em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Melhor ainda.



O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Não. Eu estou dizendo que talvez devêssemos antecipar um pouco, para que possamos ter quórum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Segunda-feira, às 14h, eu acho que é o suficiente. Todo mundo consegue chegar.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Digo isso para não termos surpresas, até de falta de quórum, na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Não, vai haver quórum.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Chico.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas, todos que acompanham esta sessão. A uma preliminar, que me parece muito grave, talvez nós não tenhamos dado a devida atenção. Eu diria aos que estão conversando que prestem atenção nisto.

Nós sabemos que o autoritarismo faz parte da cultura política brasileira, mas ontem, sinceramente, alguém que tem um perfil, um viés, autoritário extrapolou. O Presidente da Câmara dos Deputados dizer que a Comissão não deve deliberar nada — está aqui, com aspas! — é um desrespeito não apenas ao Relator, a quem ele acusou de pouca inteligência e sensibilidade política, o que é de uma grosseria sem par, mas a todos nós. Este é um trabalho que, com todas as divergências, é sério! Eu me senti particularmente ofendido e vou cobrar dele na reunião de Líderes hoje e onde couber.

Curiosamente, vejam o que houve ontem também — aí o viés dos costumes autoritários: ele vetou a divulgação, pela Câmara, de um cartaz, de três Comissões, sobre o XII Seminário LGBT do Congresso Nacional. Esta foto de duas pessoas dando um beijinho de esquimó, o afeto, o carinho estão proibidos no *site* oficial da Casa. Está proibido. Isso é vergonhoso.

Mas estamos fazendo esforços intensos para que o Presidente receba amanhã uma Comissão da belíssima e dedicada iniciativa popular de lei, com mais de 800 mil assinaturas pessoais e intransferíveis do Brasil inteiro. Virão aqui amanhã para manifestar a sua palavra. Eu não me recordo de algum Presidente que tenha se recusado a receber um conjunto de entidades; são mais de 105, lideradas pela



OAB e CNBB. Ainda estamos na esperança de que S. Exa. reveja sua posição. Portanto, a solidariedade ao Relator ofendido é a solidariedade à própria Comissão, ao Presidente, a todos nós aqui.

Segundo, quero falar sobre o acordo de procedimentos. Peço que o Relator admita exatamente para debatermos, votar, decidir “sim” ou “não” ao relatório, acolha a admissibilidade de todos os destaques para podermos deliberar sobre eles aqui, todos, sem exceção, porque isso é democrático, ou seja, àqueles que querem suprimir a Comissão nós responderemos com mais Comissão, mais debate, mais democracia. Acredito que a partir de segunda à tarde nós tenhamos, sim, tempo de ir amadurecendo, discutindo, vendo a reação da sociedade. Não é irrelevante o fato de o Relator ter dito que, depois da proposta de uma década para o Senado, até familiares mais próximos o escalpelaram. Então, isso é bom. Nós temos que fazer um *feedback* mínimo com a sociedade que, no geral, anda olhando meio atravessado para essa proposta de reforma política.

Por fim, eis a nossa posição. Percebi aqui que há dez pontos. Não é um decálogo, mas há dez pontos de mudanças constitucionais que o Relator propõe. Nós temos muita dificuldade e uma posição contrária mesmo em relação a alguns pontos cruciais. A ideia do distritão mata a essência da democracia tal como conhecemos no mundo de hoje, que é através do ente coletivo partido político, quebra a solidariedade mínima das campanhas, macula a representação, porque vai excluir muitos segmentos e setores. Portanto, somos radicalmente contra.

Mas qual é a alternativa? Sinceramente, se a engenhosa e correta proposta da iniciativa popular de lei, de eleição proporcional para o Parlamento em dois turnos, com voto no partido, e depois na lista preordenada por primárias, sem caciquismo, com alternância de gênero, se isso não for viável passar, como parece que não é, é melhor o sistema proporcional atual. Podemos inclusive discutir, a criatividade é um apelo permanente, como evitar que alguém que tenha extrapolado uma votação muito grande possa carregar alguém que teve uma votação pífia. Estabeleça-se um piso mínimo. Isso tudo, quando nós queremos, encontramos soluções engenhosas e democráticas, a do distritão é a pior de todas. Essa é uma opinião que ouço de muitos setores.



Por fim, nós sabemos, a nossa compreensão é a de que o sistema político está vertebrado e capturado pelo poder econômico. Todo mundo aqui sabe disso na prática concreta de eleições. Quem se elege com pouco dinheiro, com dinheiro de poucos recursos é uma exceção. Hoje em dia, já se fez um estudo, a média de gasto para se eleger um Deputado Federal, no Brasil, foi, em 2014, de 1 milhão e 400 mil reais. Isso é um escândalo.

Quarenta países no mundo proíbem o financiamento empresarial e países como o Burundi, com todo respeito às instituições democráticas de lá, mas que não têm propriamente uma tradição democrática, pelo menos nos moldes ocidentais, muito conhecida, mas países em que nós, em geral, nos inspiramos no nosso modelo ocidental. Por quê? Porque há financiamento empresarial para partidos e daí os recursos são repassados às campanhas. Isso mascara a vontade popular, compra o voto e determina, não partidos aqui, mas grupos de interesses. Há bancadas aqui que se articulam a partir de grandes interesses econômicos específicos, bola, bife, bala, sei lá o que mais, empreiteira, mineradora, banco, não dá. Nós temos que mudar isso. Seria uma mudança substantiva.

Portanto, a nossa posição é de questionamento da maior parte dos dez pontos do relatório, de absoluto respeito e reconhecimento ao trabalho do Relator. Votar “sim” ou “não” ao relatório não tem nada a ver com a qualidade do trabalho do Relator. O reconhecimento da insuficiência dessa reforma em alguns pontos, inclusive a coincidência geral das eleições, ainda que só venha a se verificar em 2027, é um pouco contra a política, porque há momentos diferentes do debate municipal, com as suas especificidades, em relação ao debate nacional. Isso nós vamos perder a médio prazo.

Então, o bom debate será feito segunda-feira. De qualquer maneira, o importante é que ele aconteça, que a Comissão decida e, só depois, como é o compromisso que o Presidente Deputado Rodrigo Maia avaliza aqui, o Plenário possa se dedicar a isso. Nós não temos pressa de afogadilho para fazer mal feito e consideramos que não é propriamente uma reforma política, são mudanças tópicas possíveis, mas que podem piorar o que já não é muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Já é a segunda vez que vou fazer uma intervenção na sua fala. Na semana passada, V.Exa. estava falando de



financiamento e eu falei do financiamento exclusivo público que o PT defende, que só tem no botão. Eu pergunto: a proposta da OAB existe onde?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ué, a jabuticaba também só existe no Brasil e é deliciosa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Pronto. Eu não estou criticando a proposta da OAB. Eu estou dizendo que a crítica pelo distritão existir em poucos países também não é razoável. Ela deve ser criticada pelas consequências das suas mudanças.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Eu concordo, e nós ficamos em um limite perigoso do preconceito. Por que no Burundi ou no Afeganistão é ruim? O povo de lá, vai ver que é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Melhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Tão bom quanto o nosso, melhor não. Mas, olha, a nossa proposta é de financiamento individual. A melhor maneira de se financiar um projeto político é com adesão cidadã de cada um, com limites.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Eu já falei aqui. A Itália está acabando com o financiamento público e estimulando o financiamento de pessoa física, mas estimulando com a compensação no imposto de renda.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E a Espanha está repensando o financiamento empresarial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Concedo a palavra à Deputada Gorete Pereira

O SR. DEPUTADO WILSON FILHO - Sr. Presidente, só um esclarecimento. Em nome do partido do PROS, como vice-Líder, nós gostaríamos de saber, através do fundamento do art. 95, sobre alguns rumores em relação à votação ou não desse relatório apresentado pelo Deputado Marcelo Castro, mas gostaríamos de saber até que momento os partidos poderão apresentar os seus destaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Até segunda-feira às 14 horas. Todo mundo vai ter bastante tempo para analisar o relatório do Deputado Marcelo Castro. Mesmo que alguma mudança possa ocorrer, eu espero que ocorra no máximo até quinta-feira, para que de quinta ao final de semana se possa ter o mesmo relatório, para que os destaques sejam apresentados com tranquilidade.



Concedo a palavra à Deputada Gorete Pereira.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Marcelo Castro, eu gostaria só que V.Exa., que já foi abordado por várias vezes com relação à reforma política, se manifestasse de alguma forma, ou positivamente ou negativamente, mas de forma clara em relação a nossa intenção das quotas, porque toda vida que foi abordado e que foi levado a pessoas que são experientes e que são verdadeiros constitucionalistas, inclusive o Michel Temer chegou para nós e disse: vou ajudar todos vocês, porque isso não é inconstitucional, é uma matéria que deve ser passada, se for votada.

Nós sabemos das dificuldades, mas tinha que haver uma manifestação de uma diferenciação de gênero, porque a reforma política, de uma forma geral, veio e estávamos esperando que ela viesse para que pudesse, nos anseios da população, baratear, por exemplo, a eleição. Isso já seria uma forma de beneficiar um pouco também as campanhas para meninas, que todos sabemos que não são financiadas igualmente, como são financiadas as campanhas masculinas.

Mas, mesmo assim, nós encontramos, eu não encontrei, dentro dessa reforma, nenhum momento em que pudesse vislumbrar uma eleição mais barata, que era o propósito que eu achava que devia ter a reforma política, porque uma eleição proposta num voto do distrito, onde você vai ter que correr todos os municípios e brigar com todo mundo para ter um voto majoritário, e não é só ali no seu partido agora, mas você vai ter incompatibilidade com todos os outros partidos e todas as outras pessoas que sentarem perto de você são inimigos seus e, se tiver 200 Municípios no seu Estado, você tem que correr uns 200 Municípios para ter voto. Então, vai haver dificuldade na questão financeira e até na condição física. A gente esperava que a reforma política fosse diferenciada.

Logicamente eu concordo que o distrital misto seria uma das melhores escolhas, porque você teria as duas formas até para fazer um aperfeiçoamento depois. Mas nós precisamos dessa manifestação do fundo partidário também, que nunca foi relacionado a gênero. Essa também é uma característica que nós precisamos de uma manifestação. Se V.Exa. disser: *“Olha, nem 30%, nem 50%.”* Nós até podemos propor 10% para vocês, porque vocês têm 10% já hoje e poderiam



dar um aumento, uns 10% a mais. Com certeza esta Casa passaria pelo menos para 20% ou 30%.

Eu não sei, mas, da forma que está, não contempla nem as Deputadas — como já foi dito, eu não quero me referir a tudo o que foi dito atrás —, mas aos próprios Deputados. E lembrar, porque todo o Deputado aqui bota muito a eleição em cima da sua eleição, naquele momento. A próxima eleição poderá ser muito diferente. Muitas vezes até na sua casa é diferente. Um tem dois filhos, outro duas filhas mulheres ou tem um filho homem. Ele tem mil coisas que poderia também vislumbrar para frente.

Por isso, só acredito numa reforma política quando se pensa bem para a frente. Mas nesta eu não estou enxergando nada que possa vislumbrar nem uma mudança que a sociedade gostaria de ter nem uma economia, que principalmente a economia, e nem a condição dos Deputados, para terem melhorada a condição normal de cotidiano de uma eleição mais fácil.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Deputado Silvio Torres.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputados, primeiro eu começaria perguntando a V.Exa. se também na nossa votação aqui da reforma vai haver um acordo de procedimento prévio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Deputado, desde o início estou dizendo que é isso que nós queremos. É óbvio que tem que ter o acordo de todos, mas seria o ideal que nós tivéssemos a condição de votar o texto e, depois, os destaques. Acho que tudo de forma nominal, para que a gente possa fazer sem obstrução. Acho que facilita o trabalho. Quem tiver voto sairá vencedor. Quem não tiver...

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Mas isso, no plenário, seria feito com as lideranças. Como seria feito aqui?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Nós.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Mas com todos os membros?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Claro, com todos os membros. Acho que não tem muita dificuldade.



O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Temos que votar, então. O acordo de procedimento terá que ser...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Podemos chegar um pouco mais cedo, nos organizar.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - V.Exa. pode propor, então, um acordo, aí já supre essa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Abre a reunião propondo na segunda e, se todos de acordo, a gente faz o procedimento. Eu acho que mesmo que cada um queira votar o seu destaque de forma nominal, é legítimo, a gente possa fazer sem obstrução. Facilita o trabalho. Quem tiver voto...

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Eu queria, então, confirmar que eu acho que a proposta do Deputado Esperidião Amin, que V.Exa. já acatou, é a melhor. Podemos começar a votar na segunda-feira, às 2h da tarde, e teremos condições de até terça...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - O debate já está encerrado. Eu só não encerrei formalmente para que a gente não perca o prazo dos destaques.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Bom, eu também queria, Relator Marcelo Castro, me somar às inúmeras manifestações de solidariedade não apenas ao seu trabalho, à forma democrática com a qual conduziu a sua vontade de dar uma solução consensual, de espírito de buscar uma solução consensual, e toda a sua disposição de andar pelo Brasil todo. Eu não imagino como alguém pode desconsiderar isso, desqualificar isso e fazer um comentário tão infeliz quanto o que o Presidente Eduardo Cunha fez. Naquilo que eu puder contribuir, eu quero fazer dessa minha fala um desagravo ao comportamento de S.Exa. aqui nesta Comissão.

Dizer também que o nosso relatório, o relatório de V.Exa. que é também nosso, tem pontos que vão certamente nos levar a um impasse. Eu acho dificilmente nos conseguiremos chegar a uma votação que possa dar a qualquer um de nós a segurança que o plenário vai acatar. Acho que efetivamente o plenário terá condições e fará muitas mudanças no que nós decidiremos aqui. Mas nem por isso podemos abrir mão dessa prerrogativa de estarmos votando o relatório desta Comissão. E que não é só desta Comissão. É da Comissão de 2013, é das



Comissões anteriores, é um acumulado de Parlamentares que se dedicaram a essa importante ponto.

Queria também comentar, até pegando um pouco o comentário do Deputado Chico Alencar. Deputado Chico Alencar, eu acho que às vezes nós podemos estar pecando por achar que estamos fazendo um novo modelo político eleitoral para o País. Na verdade, nós estamos fazendo uma reforma, e reforma, todos nós sabemos, nunca chega a ser satisfatória. A reforma tem sempre seus próprios empecilhos, as suas dificuldades. Às vezes você quer fazer uma remodelação num determinado setor e não consegue avançar acima daquilo que o momento, que as circunstâncias que nós estamos vivendo hoje permitem.

Acho que a gente tem que ser otimista com o que conseguiremos avançar, Deputado Chico Alencar, porque o pior dos mundos vai ser a gente não chegar a nada. V.Exa. não vai sair satisfeito porque algumas questões, o seu partido, a sua doutrina não vão admitir isso nunca. E nem deve admitir. Acho até que a persistência de nós todos naquilo que acreditamos faz parte do avanço. E acho que essa reforma tem que ter a marca do avanço, não é a marca da grande mudança.

Com isso, quero defender uma tese que às vezes está sendo criticada, de que nós temos que ter a perspectiva de uma reforma mínima. Nós temos que trabalhar com ela, com alternativas de uma reforma que signifique algum avanço. O País está vivendo momentos muito contraditórios, muito tumultuados, e aquilo que o País conseguir avançar, até em outras áreas, na economia, na parte social, nós devemos aproveitar e fazer andar.

Nós vamos ter outros momentos. Ano que vem nós teremos eleições municipais. A próxima eleição será em 2018. Então, nós temos que partir para uma votação de plenário com a consciência de que nós tenhamos alternativas, e elas podem ser construídas aqui, uma parte delas, e, na sequência, lá.

Então, queria deixar esse comentário e falar também para o Relator. V.Exa. colocou, em seu relatório, e até agora não mudou, o sistema eleitoral. Optou pelo sistema do distritão e se baseou numa consulta que fez há uma semana ou dez dias, antes de apresentar o seu relatório, uma consulta por telefone ou pessoalmente. Foi realmente um gesto importante. O resultado foi 18 a 14. Mas nós não conhecíamos o seu relatório por completo. Nós só fomos consultados para



saber se nós teríamos esse sistema. Eu, por exemplo, só fui consultado pelo financiamento e pelo sistema eleitoral. Imagino que os outros também.

Então, o que eu quero colocar a V.Exa. e quero fazer aqui meio que uma provocação. O senhor acha que aquela consulta ainda vale para hoje? Se o senhor mesmo divulga que é contra aquilo que escreveu, se o senhor não concorda com o distritão, por que acha que os 18 que votaram a favor mantêm o seu voto a favor no distritão?

Nós poderíamos pensar em fazer uma nova consulta e, se fizéssemos uma nova consulta, e o distritão perdesse, V.Exa. estaria disposto a mudar o seu relatório, enquanto ainda está aqui?

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Sem nenhuma dúvida, Deputado Silvio Torres. Agora, a consulta está feita, e o próximo passo é o voto.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Sei, mas é o voto no seu relatório. Eu estou falando do seu relatório. Eu sei que nós podemos mudá-lo no voto aqui, como podemos mudá-lo no Plenário, mas eu acho que o seu relatório ficaria mais coerente — e V.Exa. ficaria, talvez, mais à vontade — se ele fosse adequado ao seu pensamento.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Eu estou sendo acusado...

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Do quê?

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - ...de ter apresentado um relatório e tê-lo mudado 4 vezes, porque, na verdade, eu só mudei 1 vez e voltei ao relatório original. Quer dizer... Não...

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Mas eu vou, então, talvez ser mais contundente um pouco. Eu quero dizer para V.Exa. o seguinte: eu também fui Relator de CPI e de vários projetos e acho que o relatório tem que espelhar aquilo em que o Relator acredita, depois de passar por todo o processo de audiências públicas, de discussões, de reflexão. Com que eu não concordo e o que não aceito, Deputado Marcelo Castro, com todo o respeito que tenho por V.Exa., é que V.Exa. não tenha sido mais firme em sustentar o relatório quanto a uma questão em que V.Exa. acredita, que é o caso do sistema eleitoral especificamente. Era isso que eu queria...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - O Deputado Relator tem até o fim das discussões para mudar ou não o relatório dele. Vamos seguir com o debate, porque outros querem falar, já é quase 1 hora, e eu vou encerrar a sessão.

Deputado Pestana...

A SRA. DEPUTADA CHRISTIANE DE SOUZA YARED - Questões de ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Presidente...

A SRA. DEPUTADA CHRISTIANE DE SOUZA YARED - Por gentileza, a Deputada Gorete questionou o Deputado Marcelo. Nós precisamos saber a resposta à questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Deputada, além da resposta dele, há a questão regimental dos destaques. Havendo emenda, pode ser destacado... O Plenário vai decidir, aqui e, depois, no plenário da Câmara, se aprova ou não qualquer uma das propostas.

Tem a palavra o Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputados e Deputadas, em primeiro lugar, quero me somar a todos aqueles que se solidarizaram com o nosso Relator Marcelo Castro. Eu acompanhei o trabalho do Deputado Marcelo na Comissão Especial de 2011/2012 e, depois, no grupo de trabalho de 2013. Ele é um dos Deputados que mais entende do assunto, que mais estuda o assunto. Ele é inspirado, sempre, pelo interesse público e pela visão de longo prazo, para a democracia brasileira, nunca pensa no seu varejo, lá no seu Piauí, e é uma pessoa extremamente qualificada e valorosa. Então, uma pessoa como essa não pode ser desmoralizada publicamente.

O Presidente da Câmara é um Deputado importantíssimo, que tem uma voz diferenciada, temos que reconhecer, mas há 513 Deputados e um Regimento acima de todos nós. Todo voto é voto, ninguém pode desqualificar o mandato de ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Deputado, o Presidente ligou, ontem, para o Relator e, hoje, na minha frente, mais uma vez, explicou o que tinha dito.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sim.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Ele tinha se concentrado na questão do Senado.

Eu acho que também a gente não deve ampliar a polêmica...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - ...para que a gente tenha condição de votar um texto aqui na Comissão.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Bem, o importante é que nós tivemos uma vitória mínima. Não é muita coisa, mas, pelo menos, nós temos um relatório e um Relator, que nós corremos risco de ficar sem.

O Deputado Marcelo se revelou uma metamorfose ambulante e, retroativamente, consistente, porque ele acabou rodando, rodando e voltando para um trilho.

Eu queria falar 3 coisas muito objetivamente. Primeiro, nós vamos entrar em fase de deliberação, mas eu queria insistir... Eu me dedico a esse assunto há 17 anos. O primeiro artigo que eu escrevi sobre reforma política foi em 1987. Só o Marco Maciel e uns poucos falavam nessa porcaria. Há muitos temas — coincidência, fim da reeleição, financiamento, regulação da propaganda eleitoral —, mas o tema central da reforma, que é o tema da democracia, é muito pouco valorizado na nossa cultura política. O tema central na democracia, que sempre provocou os filósofos, os cientistas políticos e a experiência na Inglaterra, na França e na Alemanha, é o tema da representação política da sociedade.

Outro dia, num discurso, eu usei uma crônica da Marina Colasanti em que ela brinca, várias vezes, com “*A gente se acostuma, mas não devia*”. Eu queria só provocar um pouco a reflexão, porque, segunda-feira, todo o mundo vai chegar aqui depois de ter pensado muito. Quero deixar uma reflexão: é normal um sistema que dispara 1.300 Deputados Federais perseguindo 32 milhões de votos em São Paulo, num território quase do tamanho do Japão, da Alemanha e da Itália? É comum isso? Pensemos no cidadão. Qual é a qualidade do voto? Ele tem condição de comparar os 1.300? Essa escolha tem qualidade, dá qualidade, agrega qualidade à democracia? E democracia não se esgota na eleição.

No País fundador da democracia moderna, a Inglaterra, eles trabalham — lá o sistema é voto distrital puro — com um conceito de *accountability*, prestação de



contas, controle social, responsabilização. É normal um País como o nosso, em que 70%, 1 ano depois, não sabe dizer o nome do Deputado em que votou? Isso não é achismo, não. Eu tenho pesquisas, 10 anos de pesquisas da Vox Populi. Quando se pergunta como o Deputado daquela região, daquela cidade votou num determinado assunto — terceirização, salário mínimo, o que for, Código Florestal —, 95% não sabe. Isso é normal? A gente deve se acostumar com isso?

O tema central... Eu vejo assim: quais são os objetivos centrais? Tem gente que acha que o objetivo central é garantir as condições de nos reelegermos. Pode ser legítimo isso — eu acho uma visão tacaña. Eu acho que nós temos que pensar nas instituições.

Então, melhorar o processo, baratear as campanhas, reduzir o poder econômico e fortalecer os partidos, isso só é possível, pelas experiências clássicas, ou indo-se em direção à coletivização do processo, em que se faz, através da lista, o controle — então, se o Partido Socialista Operário Espanhol vai bem, ele é premiado; se o PP vai bem, ele é premiado; se vai mal, é punido, coletivamente; a lista é como é na Itália, na Espanha e em Portugal —, ou, então, reduzindo-se o território, com o que se introduz um controle social muito maior, barateiam-se as eleições e aproxima-se a sociedade. Nós vimos as recentes eleições inglesas, que revelaram também os limites e os problemas do voto distrital puro e as suas distorções.

Então, eu queria botar o dedo nessa ferida. A gente fala sobre milhares de coisas, menos da relação da representação política do sistema político com a sociedade. Há um mal estar no mundo inteiro, não é pecado só tropical, do Brasil, não. No mundo inteiro há um mal estar da sociedade com o sistema representativo. Cinquenta por cento da população não vai às eleições na Europa e nos Estados Unidos. Então, esse é o tema central.

Queria deixar, Presidente... Queria fazer uma pergunta para o Relator e para o Presidente. Dadas as idas e vindas, vai ter que haver um ajuste fino, uma modulação, como gosta o Supremo. O Relator vai ter... Eu digo especificamente... Por exemplo, na redação que eu vou propor, que é uma emenda minha a respeito do voto distrital misto, com um avanço — isso é lá de 2012; eu resgatei essa emenda —, há um descasamento no distrito, e, aí, surgiu uma crítica que é muito



correta: você não pode ter 2 distritos, um para os estaduais e outro para os federais. Então, os estaduais teriam que ser plurinominais.

Uma crítica ao distrito e a qualquer tipo de regionalização são os critérios. Na PEC Vaccarezza havia critérios; no relatório, não tem. Eu fui lá à PEC Vaccarezza. É impossível resgatar o texto do artigo inteiro.

Outra coisa: eu sempre falei que era a favor da coincidência, mas com as nacionais em data diferente. Isso não foi contemplado. Eu acho loucura fazer no mesmo dia. Eu sou a favor do ano eleitoral. Aí, resgatei — e vou destacar — um projeto do Maurício Rands, então do PT de Pernambuco, que propõe a presidencial em agosto. Não é o ideal. Eu acho que devia ser maio e outubro, 1 ano eleitoral de 5 em 5 anos.

Essa modulação é possível?

E para finalizar, para as mulheres, a emenda, o destaque que eu vou propor a redação, propõe alternância de gênero na lista a cada bloco de três nomes. Isso garante às mulheres, no mínimo, 16,6%, fora as mulheres eleitas nos distritos. Isso poderia duplicar, no mínimo, a representação feminina.

Deixo a minha pergunta.

O meu apelo: pensem na tradição democrática! Vão olhar a França, a Inglaterra, a democracia mais avançada dos Estados Unidos, a questão da sociedade, da representação dos elos do sistema com os cidadãos. Ninguém fala nisso, parece que esse tema não é importante, relevante, quando é o central.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Deputado, o que eu consulte aqui, eu já tinha essa compreensão, a Comissão não pode fazer emenda aglutinativa.

Então, se por acaso o Distritão perde e ganha o Distrital Misto? Vai ter que ir ao plenário com o Distrital Misto. E se vencer o Distrital Misto vai ver como é que se organiza uma aglutinativa para trazer a outra parte do texto dela, que não está no destaque exclusivo do tema. Assim vai precisar ser feito.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Só vale texto já existente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Isso mesmo, aqui não vale emenda aglutinativa.



O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Eu estou providenciando um Frankenstein. Vamos ver, porque aí provoca, mas deve ter uma modulação de redação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Aqui não há problema nenhum. O que for aprovado, a gente senta e ver como é que se organiza, para que vá a um texto que represente a Comissão e dar o que vai representar o Plenário, mas a gente sabe que não é bem assim que as coisas acontecem.

Eu vou passar a palavra à Deputada Moema Gramacho, na sequência ao Deputado Afonso, ao Deputado Henrique, ao Deputado Max, mas vamos encerrar isso às 15 horas e 10 minutos, 15 horas e 12 minutos no máximo.

Agora, este debate que nós estamos fazendo é fora do debate oficial, porque eu já tinha encerrado as inscrições na semana passada. É só isso que eu estou dizendo, desde o início, aqui.

Na semana passada eu encerrei a discussão. Todos estavam inscritos. Alguns se pronunciaram e outros, na hora de se pronunciar, não estavam presentes. Eu trouxe a lista dos que estavam, porque eu encerrei antes dos inscritos.

Eu disse aqui: *“Eu vou encerrar os inscritos, mas não vou encerrar a discussão formalmente, para que os destaques não sejam prejudicados, até segunda-feira.”*

Então, esse debate que estamos fazendo aqui é um debate informal nosso, não há nenhuma formalidade em relação ao Regimento da Casa. Foi isso que eu disse desde o início em relação ao debate.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente, só estou me queixando, porque eu fiz a minha inscrição já há algum tempo, com a Secretária...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - É porque muitos fizeram. Os Deputados que fizeram foram: Max, Sandro, Samuel, Margarida, Renato, Rafael, Evandro que falou como Líder, Valtenir, Índio, Clarisse e Fábio, afora os anteriores. Anotei tudo direitinho.

O Deputado Samuel está depois do Deputado Sandro Alex.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Então, eu seria após o Deputado Max. É isso?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - O Deputado Elmar que não está presente, Moema, Afonso, Henrique, Max, Sandro... Isso a gente vai terminar às 14 horas, às 15 horas.

Então, eu acho meio inviável que...

Com a palavra a Deputada Moema Gramacho.

A SRA. DEPUTADA MOEMA GRAMACHO - Vamos aproveitar bem o tempo.

Inicialmente, Sr. Presidente, eu gostaria de começar parabenizando V.Exa. e o Relator pelo caráter democrático que conduziram esse processo desta Comissão. Os dois estão de parabéns!

Ninguém pode criticar que por esta Comissão não tenha ocorrido o debate necessário. Fizemos um bom debate.

E com certeza as audiências públicas enriqueceram muito o trabalho desta Comissão. Por isso eu quero começar parabenizando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Um momento, por favor.

Deputado Henrique, vamos fazer o seguinte: o Deputado Renato, você e o Deputado Índio que são desta Comissão, o Sandro, o Afonso e o Fábio na segunda-feira, entre 14 horas e 14 horas e 30 minutos, eu vou encerrar o debate com V.Exas., para que a gente não entre aqui às 14 horas, isso também para o Deputado Samuel. Será 30 minutos para todos. Esses são os que estavam inscritos. Então, vou dar 30 a 35 minutos a partir das 14 horas, 14 horas e 30 minutos, para começarmos a votação, para que a gente não fique até às 14 horas.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Assim como o Deputado Max, que também está aqui.

Vou terminar com a Deputada Moema Gramacho hoje e depois a gente vai até às 14 horas e 30 minutos, dessa forma será democrático com todo mundo.

A SRA. DEPUTADA MOEMA GRAMACHO - Queria também cumprimentar e parabenizar todos os membros desta Comissão. Eu acho que os membros cumpriram com o seu papel não só aqui nesta Comissão, mas também nos seus Estados, com as suas bases, promovendo as discussões necessárias, envolvendo os movimentos sociais. Isso deu uma riqueza muito grande para o trabalho que foi proposto por todos nós.



Queria me solidarizar com V.Exa., Relator — peço ao Relator que me ouça neste momento —, primeiro pelo seu caráter democrático e depois dizer que V.Exa. não merecia passar pelo que está passando. Não merecia porque ouviu a todos nós. Não merecia porque desde o início colocou que tinha posição, mas que a sua posição não prevaleceria, porque prevaleceria a posição da Comissão. No entanto, V.Exa. está sendo forçado a fazer um relatório que não transcreve nem a sua posição, tampouco a posição da Comissão no seu todo.

Obviamente que algumas das questões aqui também discorridas, V.Exa. contemplou. Mas a totalidade do seu relatório não é um balanço fiel do que aconteceu na Comissão ou do que V.Exa. pensa. V.Exa., quando coloca aqui a questão do distritão, fez uma consulta, mas essa consulta provavelmente já não é mais a mesma e, com certeza, ela não se repetirá no plenário, nós não temos dúvida disso.

Mas eu quero dizer que eu também me solidarizo com V.Exa., porque essa reforma política, não pode ser uma reforma política a lá Eduardo Cunha. Essa tem que ser uma reforma política a la Câmara dos Deputados e a la o respeito a esses Deputados que passaram todos esses meses aqui trabalhando para ter a proposta, senão uma proposta de consenso, a proposta mais próxima possível do desejo de todos nós e o do desejo da população.

Então, V.Exa. não merecia ter que colocar no seu relatório uma proposta a la Eduardo Cunha.

Eu me recuso a defender a proposta a la Eduardo Cunha.

Mas quero me solidarizar com V.Exa.

E queria dizer que nós, aminha posição em relação à questão do sistema, é de que ele não deveria constar nesse relatório, porque não há consenso, nenhuma das propostas que foram apresentadas vai ser consenso ou vai atingir a quantidade de votos necessários para a aprovação no Plenário, portanto, seria mascarar aqui uma aprovação com maioria simples, que com certeza influenciaria, provavelmente, talvez, um resultado, mas que não seria fiel ao que nós temos discutido.

E considero que o distritão é o pior dos sistemas que nós, que estamos querendo aprovar, poderíamos estar aprovando, pois é um sistema fragiliza os partidos, diminui a representativa popular. Retomo aqui de novo a discussão de que



mulheres, indígenas, negros, jovens e pobres, serão espécie em extinção mesmo nos parlamentos, a partir de uma aprovação do distritão. Dificilmente essas representações populares ou que não tenham qualquer poder econômico maior poderão estar representados no distritão. É um retrocesso.

O povo foi às ruas com *hashtags*: “Vocês não me representam!” Mandando um recado para nós. Mas agora vamos devolver para as ruas, vamos devolver para as manifestações que nós de novo não queremos que eles se sintam representados, que eles não vão se sentir representados com o distritão?

Então, esse é um equívoco enorme. E eu sei que V.Exa. pensa assim também. É isso que me dói. É isso que me faz solidarizar com V.Exa., porque V.Exa. está fazendo isso de forma contrariado. E, portanto, eu...

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Mas eu estou fazendo em respeito à Comissão. Eu conceitei. Dezoito Deputados foram a favor do distritão, catorze..

A SRA. DEPUTADA MOEMA GRAMACHO - Uma consulta por telefone e muita apertado por sinal.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Mas venceu.

A SRA. DEPUTADA MOEMA GRAMACHO - Eu concordo com o Deputado que me antecedeu e que propôs uma nova aferição, que, com certeza, isso será modificado, porque tenho a convicção que aqueles Deputados, na consulta por telefone, disseram que poderiam votar no distritão, já fizeram reflexões.

Sobre o conjunto da obra não seria interessante, talvez para esses que tivessem dito que votariam no distritão não tivessem o conhecimento do conteúdo final do relatório. Na medida em que tiverem o conteúdo da obra total, voltarão atrás na postura do distritão e por isso mereciam, de novo, ser consultados.

Mas queria continuar dizendo que o distritão não atende minimamente ao respeito, ao que nós queremos e que a Constituição Federal diz que é o fortalecimento partidário, porque os mandatos são dos partidos, e aí nós estamos com o distritão, nós estávamos querendo voltar ao coronelismo, ao personalismo, ao salve-se quem puder, e nós corremos um grande risco de vivermos com os velhacos da política ou sem renovação, sem oxigenação da política.

Não podia deixar de me colocar em relação, mais uma vez, às mulheres. Gostaria de dizer que nós queremos, sim, temos aqui dois destaques que já foram



apresentados, destaque formulados pelo PMDB, pelo PP, pelo PT, pelo PSDB, pelo PR, todos voltados para a questão de gênero. Isso tem que ser levado em consideração por V.Exa., Sr. Relator.

É preciso que se coloque no seu relatório. Deixe que o Plenário decida, mas não seja V.Exa. a não ouvir o grito das mulheres! Não seja V.Exa. um carrasco das mulheres! Não seja V.Exa. o carrasco do gênero! V. Exa. Pode muito bem colocar no seu relatório e deixe que a Comissão e o Plenário decidam isso.

Não vá na onda do Deputado Eduardo Cunha. Se ele é contra mulheres, não seja V.Exa. contra as mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Quero, antes de encerrar, convocar reunião para próxima segunda-feira, às 14 horas, com a plenário a ser divulgado aos membros da Comissão.

Está encerrada a sessão.